



## **ACADEMIA MILITAR**

# **A IMPORTÂNCIA DA AUTONOMIA DA LEAL LEGIÃO LUSITANA NO DECORRER DA GUERRA PENINSULAR**

**Autor: Aspirante Infantaria Licínio de Jesus Martinho Gomes**

**Orientador: Coronel Infantaria Doutor Nuno Correia Barrento de Lemos Pires**

**Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada  
Lisboa, setembro de 2014**



## **ACADEMIA MILITAR**

# **A IMPORTÂNCIA DA AUTONOMIA DA LEAL LEGIÃO LUSITANA NO DECORRER DA GUERRA PENINSULAR**

**Autor: Aspirante Infantaria Licínio de Jesus Martinho Gomes**

**Orientador: Coronel Infantaria Doutor Nuno Correia Barrento de Lemos Pires**

**Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada  
Lisboa, setembro de 2014**

## **Dedicatória**

Aos meus pais e irmão,  
aos meus camaradas e ao Eterno  
Pedro Joel Ferreira Delgado!

## Agradecimentos

O presente trabalho é produto de um enorme conjunto de contributos e empenho de várias pessoas, sem as quais não seria possível a realização do mesmo. Agradecer neste contexto é uma situação ingrata, sendo evidente que muitos contribuíram para a realização deste trabalho. Consciente que provavelmente, alguns nomes irão ficar esquecidos, agradeço:

Ao meu orientador, Coronel de Infantaria Nuno Lemos Pires, pela sublime dedicação que demonstrou e pela sua disponibilidade, constituindo-se como uma referência a seguir no futuro. Todo o meu percurso neste trabalho não seria possível sem o contributo deste douto oficial que serve o Exército Português.

Aos que trabalham no Arquivo Histórico Militar pela disponibilidade que demonstraram durante a pesquisa documental, bem como aos funcionários da Biblioteca do Exército, Biblioteca Municipal de Setúbal, e como não poderia deixar de ser, às funcionárias das duas Bibliotecas da Academia Militar.

Ao José Décio Silva, pela disponibilidade e contributo na realização desta investigação ao longo destes meses.

Ao meu melhor amigo, João Filipe da Silva Pequeno, por me ter ajudado a ultrapassar muitos obstáculos até aqui.

Ao Tirocínio para Oficial de Infantaria e restante Curso António da Costa e Silva, pelo apoio sempre demonstrado nesta longa caminhada.

Ao Pedro Santos e à Sandra Martins pelo contributo, incentivo e prontidão demonstrados ao longo dos últimos quatro anos.

À Vanessa Martins, por me ter ensinado a crescer, por se ter constituído como uma estrela guia nesta longa caminhada, pelo carinho, dedicação, incentivo, altruísmo e constante fonte de inspiração que me proporcionou.

Indubitavelmente, aos meus pais e irmão, que sempre fizeram de tudo para que pudesse chegar até aqui, por neles ver a verdadeira essência das palavras “Pai”, “Mãe” e “Irmão”.

Por último agradecer a todos aqueles cujo nome não consta e que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização desta investigação.

A todos, muito obrigado!

## Resumo

O presente trabalho de investigação aplicada refere “A importância da autonomia da Leal Legião Lusitana no decorrer da Guerra Peninsular”. Pretende-se como objetivo último identificar de que forma esta força contribuiu para o sucesso do exército anglo-português nesse período.

A Guerra Peninsular ficará para sempre na História de Portugal como um dos momentos da afirmação de independência Nacional. Travada essencialmente em Espanha e Portugal, contra os invasores franceses, o exército anglo-português uniu forças e combateu de norte a sul do país, mostrando ser capaz de lutar contra a superioridade do exército de Napoleão.

Sem que muitos se apercebam, a Leal Legião Lusitana contribuiu de forma muito positiva para o referido sucesso. Fruto, um pouco, da personalidade impetuosa de Robert Wilson, a Leal Legião Lusitana procurou sempre atuar de forma isolada e autónoma. Conduziu, essencialmente, ações na vanguarda do exército anglo-português, obtendo informações, retardando, desorganizando e até mesmo impedindo o avanço dos invasores. Tudo isto permitiu a Beresford, direta ou indiretamente, obter o sucesso, culminando com a retirada de Massena na 3ª Invasão.

A presente investigação mostra como a Legião foi criada, quem a financiava, a sua organização e como a sua autonomia contribuiu para o sucesso do exército anglo-português. Explica também como ela conduzia as suas ações e como acabou por se extinguir, dando lugar a novos Batalhões de Caçadores.

Tratando-se de um trabalho de investigação, a metodologia utilizada para a sua elaboração, baseou-se na pesquisa e investigação histórica, apoiada na consulta e tratamento de fontes primárias manuscritas e impressas, complementada com outras fontes textuais e bibliográficas nacionais, através da pesquisa documental, diretamente relacionadas com o tema a explorar.

**Palavras-chave:** Leal Legião Lusitana; Guerra Peninsular; Infantaria; Autonomia; Doutrina.

## Abstract

This applied research paper refers to "The importance of the autonomy of Loyal Lusitanian Legion during the Peninsular War." The main objective is to identify how this force contributed to the success of the Anglo-Portuguese army in this period.

The Peninsular War will be forever in the history of Portugal as one of the moments of affirmation of the National independence. This war was fought mainly in Spain and Portugal against the French invaders, the Anglo-Portuguese army joined forces and fought from north to south, showing to be able to fight the superiority of Napoleon's army.

Not that many are unaware, Leal Lusitanian Legion contributed very positively to that success. As the result of the fiery personality of Robert Wilson, the Loyal Lusitanian Legion has always tried to act with isolation and autonomy. They took actions at the forefront of the Anglo-Portuguese army, getting information, delaying, disorganizing and even preventing the advance of the invaders. All this facts allowed Beresford, directly or indirectly, to obtain success, culminating in the withdrawal of Massena in the 3rd Invasion.

This research shows how the Legion was created, who supported it, their organization and how their autonomy contributed to the success of the Anglo-Portuguese army. Also explains how the Legion drove their actions and how become extinct, giving way to new Hunters Battalions.

Since this is a research project, the methodology used for its preparation, was based on investigation and historical research, based on consultation and treatment of manuscript and printed primary sources, supplemented with other national textual and bibliographical sources, through research documentary, directly related to the topic to explore.

**Keywords:** Loyal Lusitanian Legion; Peninsular War; Infantry; autonomy; Doctrine.

## Índice Geral

Dedicatória.....	i
Agradecimentos .....	ii
Resumo .....	iv
Abstract .....	v
Índice Geral .....	vi
Índice de Figuras .....	ix
Índice de Tabelas .....	x
Índice de Gráficos.....	xi
Lista de Apêndices e Anexos.....	xii
Lista de Abreviaturas, Siglas e Acrónimos .....	xiii
<b>Capítulo 1 – Introdução .....</b>	<b>1</b>
1.1. Enquadramento .....	1
1.2. Importância da Investigação e Justificação da Escolha do Tema .....	1
1.3. Definição dos Objetivos de Investigação .....	2
1.4. Pergunta de Partida e Perguntas Derivadas.....	2
1.5. Hipóteses de Investigação .....	3
1.6. Metodologia .....	4
1.7. Estrutura do Trabalho e Síntese dos Capítulos .....	6

---

<b>Capítulo 2 – Revisão de Literatura .....</b>	<b>7</b>
<b>Capítulo 3 – A Origem e Organização da Leal Legião Lusitana .....</b>	<b>9</b>
3.1. Enquadramento Histórico.....	9
3.1.1. Leal Legião Lusitana – Resenha Histórica.....	17
3.2. A Criação da Leal Legião Lusitana.....	19
3.2.1. Uniformes.....	20
3.2.2. Armamento.....	21
3.3. O Comando Britânico, o Comando Português e o Comando Anglo-Português .....	21
3.4. A Organização da Leal Legião Lusitana .....	23
<b>Capítulo 4 – A Doutrina seguida pela Leal Legião Lusitana.....</b>	<b>31</b>
4.1. A Doutrina – Conceitos.....	31
4.2. Aplicação dos conceitos às ações da Leal Legião Lusitana .....	35
<b>Capítulo 5 – A Autonomia da Leal Legião Lusitana.....</b>	<b>39</b>
5.1. A Importância da Autonomia no Decorrer das Operações .....	39
5.2. A Base de Sustentação Financeira e logística da Leal Legião Lusitana.....	41
<b>Capítulo 6 – A Extinção da Leal Legião Lusitana .....</b>	<b>43</b>
6.1. A Fase Final da Leal Legião Lusitana e o Destino Futuro das Suas Forças .....	43
6.2. A Organização em Batalhão de Caçadores .....	45
<b>Capítulo 7 – Conclusões e Recomendações .....</b>	<b>47</b>
7.1. Introdução .....	47

7.2. Verificação das Hipóteses, das Perguntas Derivadas e Perguntas de Partida.....	47
7.3. Limitações da Investigação.....	51
7.4. Desafio para Futuras Investigações.....	51
<b>Bibliografia.....</b>	<b>52</b>

## Índice de Figuras

Figura 1 - General Robert Thomas Wilson .....	2
Figura 3 - Uniformes da LLL – “Fusilier, Loyal Lusitanian Legion, 1808-11” & “Fusilier, 2 <sup>nd</sup> Battalion, Loyal Lusitanian Legion, 1809-10” .....	6
Figura 4 - Espingarda Inglesa Modelo Índia (Brown Bess) .....	8
Figura 5 - Pormenor do Fecho da Espingarda .....	8
Figura 6 - Baioneta e Pormenor do Encaixe .....	9
Figura 7 - Carabina Baker com Acessórios .....	10
Figura 8 - Espada Inglesa Modelo 1796 .....	11
Figura 2 -Fases do Modelo de Investigação .....	22

## Índice de Tabelas

Tabela 1 - Plano do Estado-Maior da LLL.....	24
Tabela 2 - Plano do Corpo de Infantaria da LLL .....	25
Tabela 3 - Plano do Corpo de Cavalaria da LLL.....	25
Tabela 4 - Plano do Corpo de Artilharia da LLL .....	26
Tabela 5 - Efetivo do Corpo de Infantaria da LLL.....	27
Tabela 6 - Efetivo do Corpo de Cavalaria da LLL.....	28
Tabela 7 - Efetivo do Corpo de Artilharia da LLL.....	29
Tabela 8 - Totais dos Corpos.....	29
Tabela 9 - Infantaria Ligeira - Capacidades e Requisitos.....	33

## Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Comparação de Efetivo “Previsto” e “Real” da LLL .....	30
--	----

## Lista de Apêndices e Anexos

Apêndice A – Biografia de Robert Thomas Wilson.....	Ap2
Anexo A – Ofício – “Comunicado de que o Príncipe Regente Aprovou por Decreto de 24/06/1809 o Plano de Organização da LLL Proposta pelo Marechal Beresford” .....	Anx2
Anexo B – Memória Sobre a LLL.....	Anx3
Anexo C – Uniforme Leal Legião Lusitana .....	Anx6
Anexo D – Espingarda Inglesa Modelo Índia (Brown Bess) .....	Anx8
Anexo E – Carabina Baker .....	Anx10
Anexo F – Espada Inglesa para Oficial Modelo 1796.....	Anx11
Anexo G – Plano do Estado-Maior .....	Anx12
Anexo H – Plano do Corpo de Infantaria .....	Anx13
Anexo I – Plano do Corpo de Cavalaria .....	Anx14
Anexo J – Plano do Corpo de Artilharia.....	Anx15
Anexo K – Total do Corpo da LLL .....	Anx16
Anexo L – Efetivo dos Corpos de Infantaria e de Cavalaria da LLL.....	Anx17
Anexo M – Efetivo do Corpo de Artilharia.....	Anx18
Anexo N – Segundo Batalhão da Leal Legião Lusitana.....	Anx19
Anexo O – Portaria de 20 de Abril de 1811 .....	Anx20
Anexo P – Fases do Modelo de Investigação .....	Anx22

## Lista de Abreviaturas, Siglas e Acrónimos

<b>AHM</b>	Arquivo <b>H</b> istórico <b>M</b> ilitar
<b>AM</b>	Academia <b>M</b> ilitar
<i>apud</i>	Citado por
<b>CB</b>	Campo de <b>B</b> atalha
<b>Div</b>	<b>D</b> ivisão
<b>Ex</b>	<b>E</b> xemplo
<b>EUA</b>	Estados <b>U</b> nidos da <b>A</b> mérica
<b>GR</b>	<b>G</b> eorge <b>R</b> ex
<i>in</i>	<b>E</b> m
<b>LLL</b>	Leal <b>L</b> egião <b>L</b> usitana
<b>NEP</b>	<b>N</b> ormas de <b>E</b> xecução <b>P</b> ermanente
<b>p.</b>	<b>P</b> ágina
<i>sic</i>	Assim mesmo
<b>Vol.</b>	<b>V</b> olume

# Capítulo 1

## Introdução

### 1.1. Enquadramento

Do ponto de vista da educação, foram definidos um conjunto de etapas e passos a dar pelos sistemas de ensino superior europeus, com o intuito de criar um espaço europeu de ensino superior “globalizado”. Assinado a junho de 1999 pelos ministros da educação de 45 países europeus, a esta reforma deu-se o nome de “Processo de Bolonha”,

No âmbito da estrutura curricular dos cursos ministrados na Academia Militar que atribui o grau de Mestre, impulsionada pelo Processo de Bolonha, surge o presente Trabalho de Investigação Aplicada, subordinado ao tema “A Importância da Autonomia da Leal Legião Lusitana no decorrer da Guerra Peninsular”.

### 1.2. Importância da Investigação e Justificação da Escolha do Tema

Quando falamos da História de Portugal é inevitável falar do período das Invasões Francesas<sup>1</sup>. Este período ficou essencialmente marcado pelo impacto político, social e militar que teve no país da altura. Entre o exército aliado Anglo-Português, que se opôs ao exército de Napoleão Bonaparte, existiu uma força de carácter autónomo que foi decisiva para a defesa do nosso país. Estamos a falar da Leal Legião Lusitana (LLL).

Há pouca informação publicada sobre esta força. Poucos autores se referem à LLL em particular, referindo-se apenas alguns de forma breve nas suas obras. Para, de alguma forma, colmatar esta lacuna desenvolvemos o presente trabalho.

---

<sup>1</sup> Escolhemos a expressão “Invasões Francesas” porque neste contexto específico, pretendemos referir que consequências da Revolução Francesa por toda a Europa também afetaram Portugal. Quando nos referimos ao termo “Guerra Peninsular”, estamos a abordar um período específico das “Invasões Francesas.”

A investigação tem como finalidade verificar de que forma a LLL concorreu para os objetivos principais do exército Anglo-português em todas as fases das campanhas, como se enquadrou na estratégia geral definida por Wellington e, para ilustrar o caráter autónomo desta unidade, daremos uma especial importância à denominada terceira invasão, em especial, à Batalha do Buçaco, à Batalha de *Fuentes de Oñor* e a Batalha de *La Albuera*.

### **1.3. Definição dos Objetivos de Investigação**

Segundo Sarmiento (2013, p.6) “A **investigação** [*sic*] pode definir-se como sendo o diagnóstico das necessidades de informação e seleção das variáveis sobre as quais se irão recolher, registar e analisar informações válidas e fiáveis.”

O principal objetivo é procurar entender de que forma a autonomia da LLL contribuiu para o desenrolar das operações em que esteve presente.

Apresentamos como objetivos específicos a necessidade de entender por que motivo o governo Britânico se dispôs a financiar a criação deste corpo, a razão pela qual o corpo não era constituído apenas por militares portugueses, identificando qual a nacionalidade dos restantes. Saber de que forma o empenho da Leal Legião Lusitana no Campo de Batalha (CB) contribuiu para o sucesso do exército anglo-português em algumas Batalhas.

No fundo, procurar entender por que razão um corpo, que aparentemente foi bem-sucedido nas missões que lhe foram confiadas, acabou por ser extinto.

### **1.4. Pergunta de Partida e Perguntas Derivadas**

Após a fase inicial de pesquisa e discussão, com vista a alcançar os objetivos definidos para a realização do presente trabalho, projetou-se a seguinte pergunta de partida: “Qual a especificidade da Leal Legião Lusitana, qual a sua importância na altura e como se distinguiu de outras unidades do Exército Português?”

No seguimento da pergunta de partida surgiram um conjunto de perguntas derivadas que, uma vez respondidas, convertem para a solução da pergunta de partida, nomeadamente:

Pergunta derivada N°1: “O que levou à criação da LLL e ao seu financiamento por parte do governo britânico?”

Pergunta derivada N°2: “Porque é que a nacionalidade dos militares que compunham a LLL não era exclusivamente portuguesa?”

Pergunta derivada N°3: “A organização da Leal Legião Lusitana era a mesma da organização do Exército anglo-português? Em que se distinguiu das outras unidades de infantaria?”

Pergunta derivada N°4: “Que tipo de missões operacionais autónomas cumpriu e como assegurava a sua autonomia logística?”

Pergunta derivada N°5: “O que levou à extinção da Leal Legião Lusitana em maio de 1811?”

## 1.5. Hipóteses de Investigação

Para Marconi & Lakatos *apud* Sarmiento (2013, p.14) explica que “as **hipóteses** são suposições colocadas como respostas possíveis e provisórias, apresentando um caráter explicativo e preditivo, compatível com o conhecimento científico, sendo passíveis de ser confirmadas ou refutadas com o desenvolvimento da investigação, para o problema, dando resposta às perguntas derivadas e também à pergunta de partida da investigação.”

De acordo com o problema inicial abordado na investigação, foram criadas hipóteses de investigação. São elas:

Hipótese 1: “A necessidade de criar um corpo experiente que pudesse atuar em qualquer situação sem que para isso, dependesse do grosso da força.”

Hipótese 2: “O facto de haver uma aliança com os britânicos e a própria LLL ter sido criada em Inglaterra com emigrados portugueses.”

Hipótese 3: “A estrutura funcional adotada pela LLL era igual à do Exército anglo-português, mas distinta no armamento e conseqüente doutrina.”

Hipótese 4: “Cumpriu missões de combate e reconhecimento, assegurando a sua autonomia através de subunidades de apoio de serviços pertencentes aos seus próprios batalhões.”

Hipótese 5: “A falta de apoio financeiro do governo britânico levou à extinção da LLL e integração da força em batalhões de Caçadores do Exército Português.”

## 1.6. Metodologia

A investigação presente teve por base duas fontes de metodologia científica. Uma delas é a Norma de Execução Permanente (NEP) 520/2<sup>a</sup>, de 01 de junho de 2013, da AM (Academia Militar). Este será o documento principal de orientação para a realização do trabalho. Toda a metodologia necessária que não esteja presente na NEP 520/2<sup>o</sup> da AM, será alvo de consulta no livro de Metodologia Científica para Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses, escrito por Manuela Sarmiento (2013).

“De forma simples pode-se definir **metodologia** como sendo um processo ou método para atingir um fim.” (Sarmiento, 2013, p.4) Já o **método científico** “é um conjunto de procedimentos e normas que permitem produzir conhecimento. Este conhecimento pode ser completamente novo ou ser o desenvolvimento, a reunião ou o melhoramento de um ou vários conhecimentos já existentes.” (*idem*, p.7) No presente trabalho pretende-se fundamentalmente o desenvolvimento, a reunião e melhoramento de conhecimentos já existentes.

O método de investigação científica que usamos para a elaboração deste trabalho foi o **método histórico**, uma vez que este método “...analisa os fenómenos ou processos em estudo, atendendo à sua constituição, ao seu desenvolvimento, à sua formação e às consequências, de uma forma cronológica.” (Sarmiento, 2013, p.8) Pretendendo-se analisar um fenómeno temporário, enquadrando-o historicamente, atendendo à sua formação e consequências no período temporal em questão (Guerra Peninsular).

Tratando-se de uma investigação no âmbito da história, numa das fases iniciais tivemos de proceder à heurística<sup>2</sup>. A recolha de informações ocorreu, principalmente, em três locais, no Arquivo Histórico Militar (AHM)<sup>3</sup>, nas bibliotecas da Academia Militar (Amadora e Lisboa) e na Biblioteca do Exército. Aqui procuramos dar ênfase à informação do AHM, complementando com vários autores conceituados na área (João Centeno, René Chartrand, David Martelo, Veludo Coelho, Nuno Pires, entre outros).

---

<sup>2</sup> A heurística é uma “fase do método histórico que se dedica à procura e recolha de fontes” (Mendes, 1987, p. 122).

<sup>3</sup> Todos os documentos consultados no AHM aparecem referenciados com uma *Cota*. A *Cota* contém um número atribuído a cada divisão, secção, caixa e número de documento, respetivamente. Exemplo (Ex): AHM Div 1/14/041/1.

Num trabalho de investigação pode-se utilizar mais que um método de investigação científica, desde que necessário, concorrendo eles (métodos) para dar resposta às perguntas derivadas e pergunta de partida (Sarmiento, 2013).

Seguindo as **Etapas Do Processo De Investigação Científica**<sup>4</sup> apresentadas por Sarmiento (2013) temos a Fase Exploratória, seguida da Fase Analítica e por fim a Fase Conclusiva.

Na Fase Analítica estabelecemos a metodologia de recolha e análise de dados e informações, bem como a interpretação dos resultados. Após recolhidas todas as fontes necessárias, selecionamos e detalhamos toda a informação que realmente interessava.

Na Fase Exploratória começamos por identificar o problema a investigar. A seguir formulamos as perguntas de partida da investigação e as perguntas derivadas daquela. Definimos os objetivos da investigação, formulamos as hipóteses e a metodologia da investigação. Nesta última estabelecemos as fontes e os métodos de recolha de dados e informações necessárias à investigação. Estabelecemos as principais e mais credíveis fontes de informação. Isto inclui a consulta de documentos recorrendo ao Arquivo Histórico Militar, obras de militares que estiveram presentes na Guerra Peninsular (Tenente-coronel William Mayne, Capitão Lillie e Sir Robert Wilson) e outros autores consagrados na área. As duas primeiras são consideradas fontes primárias e a última fonte secundária.

Na Fase Conclusiva, a terceira e última, confirmamos ou refutamos as hipóteses de investigação. Verificamos se os objetivos foram alcançados, demos resposta às perguntas derivadas e conseqüente pergunta de partida. Analisámos e discutimos os resultados, expusemos as conclusões e recomendações, apresentamos as limitações da investigação e propusemos investigações futuras.

Todos os documentos pesquisados no AHM e colocados em anexo neste trabalho, foram impressos e fornecidos pelo próprio arquivo. Após a aquisição destes documentos, foram digitalizados, recortados digitalmente (de forma a que a informação necessária não fosse omitida) e anexados.

O presente trabalho foi redigido ao abrigo do novo acordo ortográfico, acordo este instalado na versão do *Microsoft Office Word* 2013, utilizado para a realização do mesmo.

---

<sup>4</sup> Ver Anexo A- Fases do Modelo de Investigação; Negrito do autor.

## **1.7. Estrutura do Trabalho e Síntese dos Capítulos**

O presente trabalho contempla três partes essenciais – introdução, revisão da literatura e conclusões – fases distintas, mas que se complementam e compõem um total de sete capítulos.

Na Introdução (Capítulo 1), é apresentada uma contextualização da investigação, a sua importância e justificação da escolha do tema, os objetivos de investigação, seguida da pergunta de partida e perguntas derivadas, as hipóteses de investigação e o presente subcapítulo relativo à estrutura e síntese dos capítulos.

A parte referente à revisão da literatura procura dar a conhecer, através do contributo de diversos autores, as obras e fontes que tiveram maior relevância na abordagem do tema.

Os capítulos 3, 4, 5 e 6 procuram abordar toda a informação necessária para consecução do objetivo de investigação. Assim, o Capítulo 3 expõem um enquadramento histórico referente ao conflito em que está inserido, explica como a LLL foi criada, como era composta sua estrutura de comando e como se organizava. O capítulo 4 aborda apenas assuntos relativos à doutrina, apresentando os conceitos e equiparando-os às ações da LLL. O capítulo 5 aborda a autonomia da Legião e a sua base de sustentação financeira. Antes das conclusões ainda é apresentado o capítulo 6, referente à extinção da Leal Legião Lusitana.

No sétimo e último capítulo, são apresentadas as conclusões. Procura-se dar resposta às perguntas derivadas, pergunta de partida, bem como confirmar as hipóteses. Após isto, são exibidas as reflexões finais, seguidas das limitações de investigação. Por último são apresentadas propostas para possíveis investigações futuras.

## Capítulo 2

### Revisão de Literatura

O presente trabalho de investigação, subordinado ao tema “A importância da autonomia da Leal Legião Lusitana no decorrer da Guerra Peninsular”, pretende dar a conhecer de que forma as ações deste corpo no combate às invasões francesas contribuíram para o sucesso do Exército anglo-português.

O período em que esta Legião se insere, é muito curto, tendo início em meados do ano de 1808 (julho) e terminado, sensivelmente, três anos mais tarde (maio 1811), sendo que a informação acerca desta força é muito reduzida. As fontes primárias existentes são na sua maioria, documentos e relatórios decorrentes das operações deste corpo. A única publicação que especifica o tema a tratar é um documento escrito por oficiais que serviram na Legião, sendo que todas as outras (à exceção da informação do AHM) o abordam de forma muito simplificada.

Na Revisão da Literatura procuramos explicar os autores e/ou fontes que mais relevância tiveram na abordagem do tema.

Para a elaboração do enquadramento histórico deste tema, consultamos algumas publicações relativas à guerra peninsular em geral. De entre elas temos a obra do Coronel Nuno Lemos Pires (2009) “1793/1817 – II Guerra Global Portuguesa” in “O Exército Português e as Comemorações dos 200 Anos da Guerra Peninsular”, de João Centeno (2008) “O Exército Português na Guerra Peninsular” (Vol. I) e “Guerras e Campanhas Militares” em a “Guerra Peninsular – 1801/1814” de António Pedro Vicente (2007).

Como foi referido, o principal enfoque vai para a obra escrita pelo Tenente-coronel William Mayne e o Capitão Lillie, oficiais que serviram na Leal Legião Lusitana. Através da obra “*A Leal Legião Lusitana – Narrativas das Campanhas (1809, 1810 e 1811)*”, podemos encontrar os relatos do percurso da Legião durante este período. Estas narrativas incluem, desde a chegada da LLL a Portugal, a demissão de Robert Wilson, as diversas ações em que esteve presente, até à sua extinção.

Para podermos entender a doutrina utilizada na altura por uma força de infantaria, demos principal ênfase às obras de Adriano Beça (1906) em “A Evolução da Tática de Infantaria” e de David Martelo (2007) com “Os Caçadores – Os Galos de Combate do Exército de Wellington”.

No que toca à força em si, procurámos analisar alguns documentos elaborados na altura, que se constituem como fonte primária e que tiveram de ser consultados no AHM. Estes testemunhos assentam principalmente em assuntos como relações da força em diversos períodos, portarias, ofícios e memórias.

## Capítulo 3

### A Origem e Organização da Leal Legião Lusitana

#### 3.1. Enquadramento Histórico

Ficou conhecida como *Guerra Peninsular*, o conjunto de campanhas travadas no início do século XIX entre Portugal e França, a qual começou em 1807 e terminou em 1814, pelas vitórias alcançadas nos campos de Orthez e Tolosa<sup>5</sup>, já para lá dos Pirenéus, numa luta tenaz em que os portugueses, juntamente com os ingleses e espanhóis, conseguiram fazer acreditar que Napoleão não era invencível. As origens desta guerra datam desde o início da revolução francesa (Quintela, 1908).

Este conflito pode ser entendido e estudado de várias perspetivas (apenas enunciamos duas): numa quanto à sua dimensão europeia e política, como reflexo do expansionismo francês decorrente da revolução, e da luta entre a França e a Grã-Bretanha pela hegemonia no velho continente; e numa dimensão peninsular, em que a guerra se desenrola num terreno que é a Península Ibérica e as operações militares não são limitadas pelas fronteiras. (Ventura *in* Atas do X Curso de Verão da Ericeira, 2008)

A revolução francesa estava no início, e já a tranquilidade dos povos se sentia ameaçada pelas máximas de subversão geral, que anunciavam à violência e ao espírito de intolerância a que os revolucionários se entregavam. Os revolucionários consideravam os Reis tiranos e os povos de escravos destes (Neves, 1810).

Logo que surgem as hostilidades, a França demonstra não estar preparada para a guerra. O exército encontrava-se desorganizado (pelo facto de muitos oficiais terem emigrado) e o General La Fayette, grande herói durante a guerra da Independência americana, já não tinha autoridade para o reestruturar. Perante a ameaça prussiana, a Assembleia declara que o país se encontra em perigo, pede auxílio de voluntários e

---

<sup>5</sup> Orthez e Tolosa (Toulouse) são cidades que se encontram junto dos Pirenéus, no sudoeste da França.

justifica a defesa de França como um dos ideais revolucionários. A monarquia acaba por cair, com a execução de D. Luís XVI, e é então que surge a República Francesa. Com este acontecimento as restantes coroas europeias “tremem”, e “a política não se fazia apenas pela política, discutiu-se então também pelo medo, pelas ambições expansionistas, pela condição das classes e pela “*novel*” afirmação dos povos” (Pires, 2009, p.42). Inevitavelmente, Portugal encontrava-se, de forma voluntária ou não, envolvido nesta confrontação (Pires, 2009).

Como explica Neves (1810) “ (...) e querendo obrigar a estes (povos) a que recebessem por força o barrete da liberdade, se propuzerão [*sic*] desde logo a levar a todo mundo as suas reformas Filosóficas [*sic*], isto he [*sic*], a envolverem todo mundo nas suas ruínas” (p.20). Através da convenção nacional de 19 de novembro de 1792<sup>6</sup>, a França declarava que a sua nação concedia fraternidade e auxílio a todos os povos que quisessem a sua liberdade de volta. A seguir às palavras seguiram-se os atos, não só às Monarquias, mas também a todos os governos mistos, e a todas as Repúblicas da Europa. Desde então todos deveriam ficar a conhecer os ideais de fraternidade e liberdade (Pires (2009) *in* “O exército Português e as Comemorações dos 200 anos da Guerra Peninsular” acrescenta a ideia de “Igualdade” defendida pelos revolucionários) que os franceses revolucionários queriam levar a todos os povos (Neves, 1810).

Em 1793, de forma discreta e indireta, Portugal vai apoiar a coligação que se formou contra a França, afirmando que não se considerava em guerra contra a França, na tentativa de manter uma posição neutral. Atuamos, juntamente com a Espanha, na conhecida campanha do Rossilhão. Esta campanha serviu, essencialmente para Portugal repensar na modernização das forças armadas nacionais em vários aspetos (equipamentos, armamentos e doutrinas) (Pires, 2009).

No mesmo período enviamos uma esquadra para auxiliar a armada inglesa no bloqueio das costas de França. A campanha no Rossilhão termina devido a um tratado, em que a Espanha, a quem havíamos ajudado, não estipulou nenhuma cláusula a nosso favor.

---

<sup>6</sup> Como explica Maltez (1998) na sua página virtual, “Em 19 de Novembro de 1792, pouco depois do exército francês conquistar Bruxelas, era aprovado, por unanimidade, o seguinte decreto: *A Convenção nacional declara, em nome da nação francesa, que concederá fraternidade e socorro a todos os povos que queiram recuperar a sua liberdade, e encarrega o poder executivo de dar aos generais as ordens necessárias para prestar socorro a esses povos, e defender os cidadãos que tenham sido vexados ou que o possam ser por causa da liberdade.*”

Por outro lado os ingleses não quiseram proteger a costa marítima portuguesa e a das nossas colónias, nem o nosso comércio contra os corsários franceses (Quintela, 1908).

Mais tarde tratamos de nos reconciliar com a França. Não seria fácil, a nova República sentia-se ofendida com os acontecimentos passados, porque tinha a Espanha ao seu lado e porque estava convencida que a Inglaterra não “quebrava lanças a nosso favor”, impondo-nos condições pesadas. O nosso embaixador, António de Araújo, conseguiu um tratado plausível, mas por imposição inglesa, o governo português não quis ratificá-lo (Quintela, 1908).

É então que apostamos na componente militar e pedimos a ajuda ao habitual aliado britânico. A 21 de junho de 1797 a Grã-Bretanha envia para Portugal 39 navios que transportavam uma força de 6.000 homens sob o comando de Charles Stuart (*Sir*). Nesse mesmo ano acontece uma ação estratégica na defesa de Lisboa contra o eventual ataque das forças espanholas ou francesas. Isto refletia de novo o plano de Gomes Freire de Andrade que realçava a importância estratégica de Porto e Lisboa. Aumenta a necessidade de recrutamento e consegue-se juntar 38.400 soldados que, juntamente com os regimentos de milícias da altura, fizessem um total de 60.400 homens (Pires, 2009).

Entretanto a França mostra ao mundo Napoleão Bonaparte, o novo General do seu exército, com este a iniciar as suas campanhas pela Europa e a começar a ameaçar Portugal com a sua aproximação. Calculando a sua inferioridade contra os ingleses por mar, decide voltar-se para oriente e atacar a Áustria. Em 1796/97, na denominada “1ª campanha de Itália”, Napoleão consegue, com um exército de 43.000 homens derrotar genoveses, piemonteses, milaneses e austríacos. Após o tratado Paz de Campo Fórmio<sup>7</sup> a Bélgica, Holanda, Suíça e Itália tornam-se vassalãs de França. Em 1798 Napoleão parte para o Egipto levando consigo 55.000 homens, uma esquadra naval e “um invulgar *staff* de 150 sábios (cientistas) para estudar a civilização milenar egípcia” (Pires, 2009, p.44). No

---

<sup>7</sup> Como explica Grossman (1995-08) “após cinco anos de guerra entre a França e a *First Coalition*, (...) a 17 de Outubro de 1797, representantes da França e da Áustria concluíram o acordo de paz que pôs fim à campanha na Itália. O general Napoleão Bonaparte, em representação da república francês, e o conde Ludwig Von Cobenzl, em representação do império austríaco, assinaram o tratado de Campo Fórmio, após cinco meses de negociações. O tratado levou a Áustria a ceder os países baixos austríacos (hoje a Bélgica) à França e a reconhecer a Ligúria (ex-república de Génova) e as repúblicas Cisalpinas com estados independentes. Também obrigava a Áustria a aceitar que as ilhas Jónicas (Ionian Islands) pertencessem à França e que Lombardia fosse cisalpina. Em troca a Áustria recebia as terras italianas a este do rio Ádige que incluía Veneza, Friuli, Istria e Dalmácia. Finalmente, a *secret clause* afirmava que a Áustria concordava com a ocupação francesa da margem esquerda do rio Reno.”

caminho conquistou Malta e evitou entrar em contacto com o Almirante Nelson (britânico), contudo não conseguiu evitar que a sua esquadra naval fosse destruída em Aboukir (cidade no norte do Egipto). Entretanto, Portugal continua a alimentar a sua afronta contra a França quando manda uma esquadra naval, sob o comando do Marquês de Nisa, para se juntar à armada inglesa. Apesar de não ter chegado a tempo da batalha de Aboukir, seguiu para Malta onde colaborou no bloqueio desta ilha. Após estas ações por mar, a esquadra ainda vai apoiar o ataque a Livorno, o bloqueio a Nápoles e as ações sobre os navios piratas em Trípoli (Pires, 2009).

Devido à afronta, direta ou indireta, Napoleão referiu algumas palavras que demonstravam a vontade que tinha em se vingar de Portugal, dizendo que “tempos virão em que a nação portuguesa pagará com lágrimas de sangue o ultraje que acabou de fazer à República Francesa.” (Centeno, 2008, p.59).

A revolução de 9 de novembro de 1799 concentra o poder absoluto em Napoleão Bonaparte, nomeando-o Primeiro-cônsul, e que marca uma das mais importantes épocas da história moderna. Este homem prometeu aos franceses a paz. Cansados das mortandades, dos tumultos e dos horrores da revolução, depositaram nele toda a confiança para se livrarem deste naufrágio. Nada lhes importava, nem mesmo a nova República, os cidadãos franceses apenas queriam a paz que tanto desejavam, mas o que eles desconheciam era que na cabeça Napoleão apenas existia a ideia de poder absoluto (Neves, 1810).

É então que as nações europeias se unem de novo e surge a 2ª coligação (Áustria, Rússia, Inglaterra, Nápoles e Turquia). Em 1800 inicia-se a denominada 2ª campanha de Itália, onde os Austríacos são derrotados em Marengo<sup>8</sup> a 14 de junho (Pires, 2009).

Segundo Pires (2009, p.45), “...até ao início da Guerra das Laranjas (ou Guerra de Espanha) em 1801, assiste-se a uma campanha diplomática que tinha como objetivo último o de manter Portugal neutral e simultaneamente colaborante.” Todos os subornos pela neutralidade foram em vão. A única estratégia possível seria reforçar a componente militar para poder manter um poder dissuasor. Reforçamos o aparelho naval, na tentativa de assegurar as rotas marítimas, mas descurámos na componente terrestre (Pires, 2009).

Há autores, como Carvalho (1904) e Vicente (2007) que defendem que a primeira invasão francesa se deu com a Guerra das Laranjas (ou Guerra de Espanha) em 1801. Outros, como Quintela (1908), defendem que a primeira invasão se dá em 1807.

---

<sup>8</sup> Marengo é uma aldeia que pertence à Província do Piemonte (Norte Itália), situada cerca de 4 Km a Leste de Alexandria. (Dodge, 2011)

O tratado de Madrid a 29 de Janeiro de 1801, assinado entre a França e a Espanha, dava luz verde a que estas duas potências invadissem Portugal, caso este não cedesse às exigências entre elas combinadas. Portugal como não queria ver quebrados os laços com a Grã-Bretanha não aceita as propostas conformes do tratado celebrado, tornando-se inevitável o conflito (Vicente, 2007).

Com o apoio de um corpo de tropas francesas, a Espanha inicia os preparativos. Começa a dispor as suas forças junto à fronteira, começando pelo Minho, passando por Trás-os-Montes, Beira, Alentejo, e acabando no Algarve. O grosso das tropas inimigas concentrou-se em Badajoz, com o total de 40.000 homens. O seu principal objetivo era Lisboa. Para tal, como objetivos imediatos tinham a tomada de Elvas, Campo Maior, Olivença e Juromenha, praças da fronteira alentejana. Do lado de lá da fronteira compunha-se um exército com cinco divisões, bem organizado e com comandantes de valor militar. Do lado de cá existia um exército com profundas falhas de organização. Como afirma Centeno (2008, p.61), “o deplorável estado do exército português, a sua mais que desastrosa insuficiência, indisciplina e incapacidade para garantir a independência nacional, junto dos medos justificados de futuras e sangrentas contendas que se adivinhavam inevitáveis, convenceram os responsáveis a encarar a situação com seriedade.” Desde logo não se ignorou o movimento das tropas espanholas. Tornou-se evidente que os espanhóis se preparavam para nos atacar (Vicente, 2007).

No dia 20 de Maio, os espanhóis dão início às suas operações (Guerra das Laranjas), dirigindo-se uma divisão para Olivença e Juromenha, e duas para Campo Maior e Elvas. Olivença e Juromenha não ofereceram resistência e foram logo tomadas. Já Elvas e Campo Maior resistiram. Deram-se apenas alguns tiros. No dia 21 estava em marcha a invasão. O general John Forbes Skellater, que combatera no Rossilhão e na Catalunha, era o comandante das forças no Alentejo, contudo não seria o homem mais competente para dirigir uma força com as debilidades defensivas como as que apresentava o Exército Português. A 23 de Maio estava estabelecido o sítio a Campo Maior. O Duque de Lafões tinha saído de Lisboa para ir ao terreno, não para dar impulso e vigor às operações militares, mas para auxiliar Luís Pinto de Sousa Coutinho nas negociações. No dia 25 quando o Duque se encontra com Luís Pinto, recebe a indicação de que não estava autorizado a passar de Badajoz. Não havia mais nada a fazer senão esperar pela guerra. Ainda no dia 24, o ajudante general D. Miguel Pereira Forjaz tinha instruções para introduzir na praça de Campo Maior um batalhão de infantaria e uma partida (espécie de

equipa) de artilheiros. Já era tarde, pois a praça já estava ocupada pelos espanhóis (Vicente, 2007).

As tropas portuguesas no Alentejo rondavam os 20.000 homens, sem contar com a guarnição de Elvas, dispostos por Portalegre, Alegrete, Mosteiros e Arronches. No dia 29 o inimigo ataca Arronches, abandonando (as tropas portuguesas) o campo. Após algumas reuniões ente o Duque de Lafões, Forbes e outros oficiais, ordena-se a retirada, no dia seguinte em direção ao Tejo. No dia 31 quando os espanhóis sabem da retirada do Exército Português, deslocam-se no dia seguinte para Portalegre, que a ocupam. No dia 2 de junho ocupam também Castelo de Vide. No dia seguinte, por ordem do Duque de Lafões, partiu para esta localidade uma força composta por quatro companhias de granadeiros, duas de caçadores com 40 cavaleiros, 28 dragões ingleses e quatro peças de artilharia. Pior desastre que o de Arronches estaria para vir. Travava-se o combate contra uma força muito superior à portuguesa. As nossas forças acabaram por capitular. Aumentava, inevitavelmente, o desânimo junto dos portugueses (Vicente, 2007).

A 6 de junho assinou-se a capitulação em Campo Maior, e o cerco que já durava há 15 dias teve o seu término. Entretanto, em Badajoz, o governo português negociava uma paz desonrosa e humilhante para a nação. Esta invasão, apesar de curta, foi uma campanha que deixou marcas profundas no início do século XIX. O exército da Beira era um mero espetador do que se ia passando no Alentejo. No Norte, o General Gomes Freire de Andrade, juntamente com o Marquês de La Rosière, conseguiam tomar uma porção de terra espanhola, até que a 18 de Junho recebem o armistício e as ordens para por fim às hostilidades. No Algarve, os espanhóis, a 8 de junho, tentaram passar o Guadiana, tendo-se travado o combate por quatro horas, não conseguindo penetrar no território português (Vicente, 2007).

No dia 6 de junho, é assinado o tratado de Badajoz<sup>9</sup>, que põe fim a esta primeira invasão. Como afirma Pires (2009, p.46) “Acabada a guerra, Portugal faz contas. (...) A visão simplista de que esta guerra apenas teve como consequência a perda de Olivença,

---

<sup>9</sup> No dia 6 de junho, é assinado o tratado de Badajoz<sup>9</sup>, com a Espanha e com a França, o tratado em que Portugal se comprometia a fechar os seus portos tanto no continente como nas colónias, a todos os navios, quer de guerra, quer mercantes pertencentes à Inglaterra e a abri-los aos franceses e aliados. Já a Espanha restituía as praças e povoações de Juromenha, Arronches, Portalegre, Castelo de Vide, Barbacena, Campo Maior e Ouguela, ficando Olivença a fazer parte do domínio espanhol, bem como os povos desde o rio Guadiana. (Jaca, s.d)

deliberadamente esquece a importante definição das fronteiras no Sul e no Norte do Brasil. (...) Mas foi apenas o adiar de um conflito...”

Em 1802 iniciam-se as tentativas de reorganização do exército português. Goltz é nomeado Marechal do Exército, e numa digressão pelo país, procura inspecionar o Exército Português, na tentativa de o estudar. De regresso a Lisboa apresenta o seu relatório ao ministro da guerra, concluindo uma reorganização total e urgente do exército (Centeno, 2008).

Goltz começa por estabelecer novas bases de recrutamento, onde obrigava os corpos militares a trabalhos constantes, marchas, manobras de instrução, com constantes mudanças de quartel. O trabalho realizado por Goltz tinha-lhe valido muitos inimigos, pois acabou por atingir todos aqueles que tinham deixado o Exército Português naquele estado. As suas exigências valeram-lhe inúmeras inimizades, o que lhe valeu desânimo e voluntária retirada do Reino em 9 de junho de 1802. Como seu sucessor ficou o Conde Vioménil, que também se retira pouco tempo depois (Centeno, 2008).

Após o abandono dos dois anteriores, o novo ministro dos Estrangeiros e da Guerra, João de Almeida e Melo, nomeia um conselho militar, composto por nove generais, tendo em vista o novo rumo para a organização do exército. Este conselho incidiu essencialmente sobre assuntos como a disciplina e instrução. Apesar de ter sido elaborado e aprovado um “plano de organização do Exército”, o novo ministro demite-se e nada pôde implementar. Até 1807 António de Araújo Azevedo, o novo ministro, nada mais fez senão reduzir as forças militares. Muitas propostas havia em cima da mesa, o problema é que não passariam disso, propostas (Pires, 2009).

Entretanto na Europa, em 1803 a França ocupa Hanôver e em 1804 Napoleão é coroado Imperador. Em 1805 uma nova aliança surge, a 3ª Coligação (Inglaterra, Nápoles, Suécia, Áustria e Rússia), para fazer frente ao novo Imperador. Na Batalha Naval de Trafalgar<sup>10</sup> (21 outubro de 1805) Napoleão perde o confronto. Apesar de mostrar a sua fraqueza no mar, em terra afirma-se como invencível. Em 1806 surge a 4ª Coligação (Prússia, Rússia, Inglaterra e Saxe) que tenta resistir ao Imperador. A 11 de novembro, Napoleão decreta bloqueio continental, proibindo a entrada de navios ingleses na Europa. Os navios ingleses continuam a entrar em Portugal, e em 9 de outubro de 1807 o

---

<sup>10</sup> A Batalha Trafalgar foi uma das maiores batalhas navais de sempre. Teve lugar no cabo de Trafalgar (sul de Espanha) em outubro de 1805. Esta batalha pôs frente a frente a esquadra inglesa e as esquadras francesa e espanhola. Inserindo-se nas Guerras Napoleónicas, o objetivo de Bonaparte era acabar com o poderio económico e militar inglês. (Pinto, s.d)

Imperador decide invadir o nosso país. A 27 de outubro é assinada o tratado de Fontainebleau entre França e Espanha onde fica decidido dividir Portugal em três partes (Pires, 2009).

Os exércitos franceses e espanhóis entram em Portugal sem qualquer resistência por parte do Exército Português, por ordem do príncipe regente D. João que anteviu uma defesa inútil e que apenas traria a destruição ao país. A 20 de novembro o exército avança sobre Lisboa. No dia 26 D. João dirige-se aos portugueses afirmando que, para evitar males maiores para a nação, se ausentaria do reino e partiria para o Rio de Janeiro. No dia 27 do mesmo mês, o príncipe embarca na esquadra portuguesa composta por 36 navios. Quando Junot chega a Lisboa já a esquadra que levava o príncipe tinha iniciado a sua viagem (Centeno, 2008).

Enquanto isto, o exército francês instala-se em território nacional. Como era de prever, a ocupação francesa rapidamente fica marcada pela repressão e opressão. Neste momento a intenção de Napoleão era desmembrar o Exército Português e a enviá-lo para França. Ao mesmo tempo que o exército é liquidado, dá-se a constituição da Legião Portuguesa. É formado um pequeno Corpo de Exército, com organização francesa, constituído por 6 regimentos de infantaria, 1 batalhão de infantaria ligeira, 3 regimentos de cavalaria, 1 esquadrão de cavalaria ligeira, organizados em 2 divisões de infantaria e uma brigada de cavalaria. Portugal ficava quase sem forças militares efetivas. O nosso país estava ocupado pelo exército francês e espanhol, ao mesmo tempo que era vítima de repressão, de contribuições à guerra e as igrejas, os palácios e estabelecimentos eram constantemente saqueados (Centeno, 2008).

À medida que o tempo ia passando, também a revolta no seio do povo português ia aumentando. No entanto é em Espanha que realmente se dá início à revolta. A 2 de maio dá-se a famosa revolta em Madrid, e no dia 4, Carlos IV cede o seu trono a Napoleão. Imediatamente a Espanha passa de aliada a inimiga de França. É então que no dia 30 de maio que a Junta Central (governo antifrancês de Espanha) se dirige aos portugueses, procurando um levantamento ibérico contra os franceses. A 6 de junho a bandeira francesa é arriada no Porto, fazendo soar a alvorada portuguesa no dia seguinte. Iniciada no Porto, a revolta alastra-se ao Minho e Trás-os-Montes (Centeno, 2008).

O Império francês conhece o sabor da derrota na península Ibérica quando é obrigado a retirar após a Batalha do Padrões da Teixeira e da Régua em Junho de 1808. Os franceses apenas controlavam Lisboa. Segundo Pires (2009, p.53) “As principais fortalezas estavam ou nas mãos dos portugueses ou encontravam-se sitiadas pelas nossas forças.”

Com os portos assegurados, os britânicos podiam então desembarcar à vontade o seu exército bem composto de equipamento, armamento, treino e com um comando bem organizado. Depois de ter chegado a Portugal o dinheiro, armas e abastecimentos, no outono desse mesmo ano é criada a primeira força de primeira linha – a Leal Legião Lusitana (Pires, 2010).

### **3.1.1. Leal Legião Lusitana – Resenha Histórica**

Para que possamos ter uma ideia geral do legado da Leal Legião Lusitana durante a sua aparição na Guerra Peninsular, apresentamos a seguinte resenha histórica.

A LLL, formada em Inglaterra, no ano de 1808 por alguns emigrados, foi um corpo que teve um papel importante no sucesso da Guerra Peninsular. Constituíram-se 2 Batalhões de infantaria com dez companhias cada, num total de 2600 homens. Os esquadrões de cavalaria, embora pensados nunca se concretizaram, contando a LLL apenas com uma pequena força de guias, mensageiros e de reconhecimento. A artilharia seria apenas uma companhia, equipada com quatro peças ligeiras e dois obuses. Robert Wilson foi o escolhido para ser o comandante dos legionários (Mayne e Lillie, 2010).

A 16 de dezembro, Wilson parte do Porto. Com ele marcharam o 1º Batalhão (o único que já se encontrava pronto para combater), um esquadrão de cavalaria e uma bateria de artilharia com 6 peças, num total de 700 homens. Marchou para Amarante, atravessou o rio Douro para a margem sul e foi passar o natal em Lamego. De seguida dirigiu-se para Almeida. Aqui deixou uma força comandada por William e dirigiu-se para Ciudad Rodrigo. Operando na região entre esta e Salamanca, Robert defrontou as forças de Lapisse e impediu-o, com flagelações e ataques constantes, de se aproximar da fronteira portuguesa. Semeou a confusão entre as forças francesas, dispondo as forças de modo a parecerem superiores ao que na realidade eram (Mayne e Lillie, 2010).

O 2º Batalhão, deixado no Porto para se organizar, marchou para Braga (2ª invasão francesa). Aqui o Tenente-coronel Eben (comandante do mesmo) conseguiu atrasar o avanço francês durante três dias até que perdeu grande parte dos seus homens. Após isto bateu em retirada voltando à cidade do Porto (Mayne e Lillie, 2010).

Entretanto em Almeida, Mayne saiu com o 1º Batalhão tendo chegado a Alcântara no início de maio de 1809. Aqui teve de enfrentar, juntamente com o Regimento de Milícias de Idanha e um esquadrão de cavalaria portuguesa, uma divisão de infantaria,

artilharia e uma brigada de cavalaria, num total de 11.500 homens. Após 9 horas de batalha e depois de mais de 250 homens mortos e feridos, Mayne recua para Portugal (Chartrand e Coelho, 2006).

Por portaria dos governadores do reino de 24 de julho de 1809, foi a Leal Legião Lusitana organizada oficialmente em regimento de infantaria ligeira com Estado-maior e dois batalhões de 10 companhias cada um (Mayne e Lillie, 2010).

Ainda durante a segunda invasão, em agosto de 1809, a LLL inicia a sua campanha de Talavera. Aqui participa nas Batalhas de Talavera de la Reina e de Baños de Montemayor, tendo sofrido nesta última uma pesada derrota contra os franceses (Chartrand e Coelho, 2006).

Apesar de ser visto como um notável líder, Robert Wilson acabou por se demitir. As relações com Wellington e Beresford nunca tinham sido as melhores, e a derrota na Batalha de Baños serviu de pretexto para tentar afastar Wilson do comando da Legião. A Legião acabou por perder também o Tenente-coronel William Mayne que partiu para Inglaterra juntamente com Wilson (Chartrand e Coelho, 2006).

A LLL perdeu os seus comandantes, mas nem por isso deixou de combater, passando a fazer parte integrante do exército de Beresford. O Tenente-coronel Grant passou a comandar o 1º Batalhão, e o barão de Eben o 2º. Em janeiro de 1810 a Legião é inspecionada em Castelo Branco. General Hamilton, o oficial que fez a inspeção, relatou que esperava um corpo mais numeroso e mais bem treinado. Neste momento, para Beresford, o treino da Legião era o mais importante e a resolver imediatamente (Chartrand e Coelho, 2006).

Já durante a 3ª invasão francesa, a 27 de setembro participa na Batalha do Buçaco, e os 1.646 homens da legião foram desdobrados em linha, onde não estiveram profundamente envolvidos, acabando por não sofrer baixas. De seguida Wellington recua para as linhas de Torres onde a Legião passou a fazer parte de 6ª Divisão do general Campbell. No dia 6 de maio de 1811 o 2º Batalhão (fazendo parte da 5ª Divisão e continuando com o Lord Wellington) combateu de forma destemida e satisfatória na Batalha de Fuentes de Oñoro. A 16 de maio, o 1º Batalhão, agora comandado pelo tenente-coronel Edward Hackshaw, participou na Batalha de La Albuera, ficando esta para sempre na história como a última Batalha em que a Leal Legião Lusitana participou como um corpo legionário (Mayne e Lillie, 2010).

Comandada por Robert Wilson, este corpo combateu nas mais importantes batalhas como a de Alcântara, Talavera de la Reina, Baños de Montemayor, Buçaco, nas Linhas de

Torres, Fuentes de Oñoro e na de La Albuera. Por portaria de 20 de Abril de 1811, a Leal Legião Lusitana foi dissolvida em Batalhões de Caçadores. Como enfatizam Mayne e Lillie (2010, p.17) “Terminava dessa forma um corpo que deu brado e que teve um papel determinante em algumas ocasiões fulcrais da Guerra Peninsular.”

### 3.2. A Criação da Leal Legião Lusitana

Este corpo foi formado em 1808, em Inglaterra onde, principalmente, emigrados e desertores da Legião Portuguesa<sup>11</sup> ao serviço de Napoleão se reuniram dispostos a fazer frente à França. O almirante Cotton tinha levado muitos destes para Inglaterra com a promessa de que o governo britânico os levasse para o Brasil (Mayne e Lillie, 2010).

Sabendo da insurreição que ocorria em Portugal contra o domínio francês e que o governo britânico iria enviar tropas para Portugal, os Coronéis José Maria da Maura e Carlos Frederico Lecor, apoiados pelo nosso ministro em Londres, tomaram a iniciativa de formar um corpo de voluntários. Este corpo ficou conhecido como a *Leal Legião Lusitana*, para se poder diferenciar também da Legião Portuguesa. Portanto, os Coronéis supra mencionados, encarregaram-se de pedir todo o material necessário à composição da força, como armas e recursos pecuniários (Martelo, 2007).

Como refere Centeno (2011) a LLL “não se trata de um corpo organizado por Portugal nos quadros da organização do Exército [*sic*] português, mas sim um corpo militar, constituído e pago inicialmente pela Inglaterra e posteriormente pelo bispo do Porto, sendo composto na sua maioria por portugueses, com o comando de alguns ingleses” (p. 39).

Inicialmente constava-se que, juntamente com a infantaria, fizessem parte da organização deste corpo, a cavalaria e a artilharia. Notando-se essa impossibilidade, por falta de cavalos, previu-se que passaria a ficar com uma organização a 3 batalhões de caçadores, a 8 companhias cada, 1 companhia de artilharia (quatro peças ligeiras e dois

---

<sup>11</sup> Não confundir Legião Portuguesa com a Leal Legião Lusitana. A Legião Portuguesa serviu o império francês entre 1808 e 1813. “Por decreto de 12 de junho de 1808, determinou Bonaparte que estas tropas portuguesas tomassem o nome de Legião Portuguesa [*sic*], a qual juntamente com o exercito [*sic*] francês praticou actos [*sic*] de grande heroismo [*sic*] e valor em Wagran, Austerlitz, Iena, Dresde, de Moscou [ou Moscovo] ao Beresino, de Beresino ao Rheno, etc., etc.” (Carvalho, 1910, p.7)

obuses) e o respetivo Estado-Maior. Robert Wilson<sup>12</sup> (como Tenente-coronel) foi o escolhido pelo seu governo (britânico) para presidir à criação deste corpo, onde ficou encarregue de vigiar a distribuição de armamento e uniformes. Mais tarde foi nomeado seu comandante (já como Coronel). A LLL chegou ao Porto em setembro de 1808 num estado embrionário, uma vez que nesta altura o número de voluntários era ainda diminuto. Em dezembro do mesmo ano, apenas o 1º batalhão de caçadores estava completamente organizado. O 2º batalhão, comandado pelo barão de Eben, só mais tarde se completou, acabando por cair por terra a ideia de formar o 3º inicialmente previsto (Gil, 1913).

“Por portaria dos governadores do reino de 24 de junho de 1809<sup>13</sup>, foi a Leal Legião Lusitana organizada em regimento de infantaria ligeira com estado maior [*sic*] e dois batalhões de 10 companhias cada um, e dissolvida por portaria de 20 de abril de 1811, que mandava organizar 3 regimentos de caçadores.” (AHM DIV 3/22/1/39)<sup>14</sup>.

Segundo um Mapa deixado por Robert Wilson, assinado a 20 de Novembro de 1808, a força era constituída por 1170 militares, muito aquém do que estava inicialmente previsto (AHM DIV 3/22/1/5).

### 3.2.1. Uniformes

Inicialmente, Wilson quis que a cor do uniforme fosse vermelho, como o dos soldados ingleses, mas o morgado de Mateus (representante diplomático luso em Londres que teve um papel preponderante na criação da LLL) dissuadiu-o. Tentando evitar o azul ou o castanho das tropas portuguesas, optou pelo verde com guarnições e forros brancos<sup>15</sup> (Mayne e Lillie, 2010).

Segundo Martelo (2007, p.34) o verde e o branco foram escolhidos “por serem estas as cores da Casa de Bragança e de Portugal, embora as cores do nosso País tenham mudado em 1796 para escarlata e azul ferrete, tendo as cores primitivas (verde e branco) passado para os Príncipes do Brasil.”

<sup>12</sup> Ver Apêndice A – Biografia de Robert Thomas Wilson

<sup>13</sup> Ver Anexo A – Ofício – “Comunicado de que o Príncipe Regente Aprovou por Decreto de 24/06/1809 o Plano de Organização da LLL Proposta Pelo Marechal Beresford.”

<sup>14</sup> Ver Anexo B – Memória Sobre a LLL.

<sup>15</sup> Ver Anexo C – Uniforme Leal Legião Lusitana.

Durante o inverno era obrigatório o uso de calças verdes e no verão o uso de calças brancas. As polainas<sup>16</sup> eram usadas com as calças, provavelmente debaixo das calças. A barretina era composta por uma placa oval na qual estava desenhada as Armas Reais e uma banda de latão onde continha as iniciais “LLL” (Leal Legião Lusitana). O penacho<sup>17</sup> era verde para as companhias de flanqueadores e negro para os atiradores (Chartrand e Coelho, 2006).

### 3.2.2. Armamento

A LLL estava equipada com mosquetes de pederneira<sup>18</sup> do modelo inglês, normalmente do tipo India Pattern (usualmente conhecido como Brown Bess)<sup>19</sup>, exceto 120 soldados que estavam equipados com carabinas estriadas do modelo Baker<sup>20</sup> (assim como os atiradores das companhias de Caçadores). Os oficiais usavam sabres ingleses do modelo 1796<sup>21</sup> de cavalaria ligeira (Chartrand e Coelho, 2006).

A artilharia estava equipada com canhões de campanha de quatro libras em bronze e obuses, também de campanha e em bronze, com as respectivas munições em proporção (Chartrand e Coelho, 2006).

### 3.3. O Comando Britânico, o Comando Português e o Comando Anglo-Português

Como explica Oman (1913, p.195) na sua obra *Wellington`s Army*, podemos entender melhor como se organizavam os oficiais dentro de um regimento. Então, “para compreender o mecanismo de funcionamento de um regimento, primeiro é necessário

---

<sup>16</sup> “Polaina: peça de vestuário que resguarda a perna e a parte superior do calçado.” (Chartrand e Coelho, 2006, p.51).

<sup>17</sup> “Penacho: conjunto de penas ou outros materiais que constitui um tufo e que pode tomar várias formas.” (Chartrand e Coelho, 2006, p.51).

<sup>18</sup> “Pederneira: pedaço de pedra (variedade de sílex) que, preso entre os lábios do cão, produz, ao bater no fuzil, chispas capazes de inflamar a pólvora da escorva.” (Regalado e Silva, 2010, p.211).

<sup>19</sup> Ver Anexo D – Espingarda Inglesa Modelo Índia (Brown Bess).

<sup>20</sup> Ver Anexo E – Carabina Baker.

<sup>21</sup> Ver Anexo F – Espada para Oficiais Modelo 1796.

explicar melhor a função dos oficiais. Batalhões e regimentos de cavalaria eram normalmente comandados por um Tenente-coronel: havia muito poucos Coronéis no exército, e os poucos que existiam comandavam *brigades of Guards*, fazendo com que os Tenentes-coronéis tivessem dupla função, assumindo muitas vezes funções de Coronel...”<sup>22</sup>

Como já foi referido, Robert Wilson (ainda Coronel) foi o comandante da Leal Legião Lusitana. Alguns oficiais eram Ingleses. Os restantes, na sua maioria, eram portugueses. O 1º batalhão estava sob o comando do Tenente-coronel Mayne (promovido por Wilson a Coronel) e o 2º pelo barão de Eben (Chartrand & Youngusband, 2000).

O objetivo era que os emigrados portugueses em Inglaterra fossem recrutados sobre a responsabilidade de oficiais portugueses, contudo foram nomeados vários oficiais britânicos. Para além de Robert Wilson, foram nomeados, os Tenentes-coronéis William Mayne, Frederick Barão de Eben, Edward Hawkshaw, o Major John Grant, os Capitães James Nesbitt Charles, John Scott Lillie, Charles Western e Edward Barão de Daubraya, os Cirurgiões Mellingen e Bollman, e o Cadete John Russel (Chartrand & Coelho, 2006).

Sir Robert Wilson, após algumas desavenças com Beresford, e o Coronel Mayne obtiveram uma licença e partiam para Grã-Bretanha com o propósito de fazerem um “acordo satisfatório” no que respeitava à LLL. A questão era que, até então a LLL tinha sido sustentada exclusivamente pelo governo inglês, ao contrário das restantes forças portuguesas. Havia algumas dúvidas a quem realmente a LLL pertencia. A legião permaneceu perto de Castelo Branco enquanto os seus comandantes partiram para Inglaterra. Após muitas operações até então, era fácil de imaginar o estado em que a legião se encontrava – mal provida de alimentos, roupas e equipamento (Wilson, 1812).

“Até este ponto, Sir Robert Wilson tinha sido visto como um notável e talentoso líder... **Mas ele considerava-se independente dos comandantes superiores.**<sup>23</sup> Tal comportamento criava indubitavelmente tensões na estrutura de comando... Pouco disposto a submeter-se a Beresford e Wellington, Wilson partiu muito zangado para Inglaterra...” (Chartrand & Coelho, 2006, p.23).

Como afirma Centeno (2008, p.121-122) reforçando o anteriormente referido, “Robert Wilson foi um intrépido e inteligente oficial, de grande iniciativa, bom para

<sup>22</sup> A tradução é da responsabilidade do autor do Trabalho de Investigação Aplicada.

<sup>23</sup> Negrito do autor.

comandar, mas que não se conformava com lugares subalternos. Por isso nunca viveu bem com Beresford nem com Wellington.”

O que Sir Robert Wilson queria na verdade era autonomia de comando, daí o seu interesse que a LLL estivesse diretamente sobre a autoridade do governo britânico. No fim, um relatório transmitido pelo marechal Beresford, confirma que o projeto de colocar a Legião sobre a alçada do governo britânico fracassou. Com isto Sir Robert Wilson e o coronel Mayne não regressaram a Portugal (Wilson, 1812).

*“The Loyal Lusitanian Legion might have lost its senior officers but its two battalions were still in Portugal.”* (Chartrand & Younghusband, 2000, p.4) A partir desta fase a LLL passava a fazer parte do Exército Português de Beresford.

Entretanto o Tenente-coronel Grant é nomeado comandante do 1º batalhão. Quando a LLL recebeu ordens para marchar para Tomar (3ª invasão), o Tenente-coronel Hawkshaw foi nomeado para comandar o corpo durante algum tempo, até o barão de Eben ser designado para ocupar o cargo de Robert Wilson. Apesar da LLL ter perdido os seus comandantes, continuou ainda por mais algum tempo até ser dissolvida. Participou ainda na batalha do Buçaco (27 setembro de 1810), na famosa defesa das Linhas de Torres e no combate de Pombal a 11 de março de 1811 (Mayne e Lillie, 2010).

A Leal Legião Lusitana era assim um corpo constituído maioritariamente por militares portugueses, no entanto, o seu comando superior era formado apenas por oficiais britânicos (mesmo após a saída de Robert Wilson). Deduz-se que os oficiais portugueses apenas comandassem a escalões inferiores a Batalhão (como companhias e pelotões). A aliança de Inglaterra com Portugal teve, certamente, influência na escolha de tantos oficiais britânicos.

### **3.4. A Organização da Leal Legião Lusitana**

Dos quatro batalhões de infantaria inicialmente previstos a Leal Legião Lusitana, somente dois se concretizaram, e de salientar que com muitas dificuldades. Cada batalhão composto por dez companhias, num total de 2.600 homens. Por falta de cavalos, os três esquadrões de cavalaria projetados nunca se concretizaram. Os poucos cavalos que existiam serviriam para uma pequena força de guias, mensageiros e de reconhecimento. Quanto à artilharia, a LLL teria na sua orgânica uma bateria com quatro peças ligeiras e dois obuses (Mayne e Lillie, 2010).

Centeno (2008) na sua obra *O Exército Português na Guerra Peninsular* contrapõe, afirmando que inicialmente o plano da LLL era organizar três batalhões de caçadores, e não quatro. Já Carvalho (1910, p.10) também refere que a LLL acabou por se compor em dois batalhões com dez companhias cada, mas em vez de 2.600, este refere “2267 [sic] praças, incluindo oficiais.”

Para que possamos ver as diferenças entre uma Companhia de Caçadores e uma Companhia da LLL, apresentamos a seguir ambos os modos de organização.

Uma Companhia de Caçadores organizava-se da seguinte forma: 1 capitão, 1 tenente, 1 alferes, 2 sargentos, 1 furriel, 5 cabos, 2 tambores e 78 soldados, totalizando 91 homens (Martelo, 2007).

Segundo o “Plano da força do Corpo da Leal Legião Lusitana composto de três armas, Infantaria, Cavalaria, [sic] e Artilharia”, assinado pelo comandante Robert Wilson (sem data, mas prevê-se que tenha sido elaborado na fase embrionária da LLL), A Legião previa um corpo de infantaria (a três batalhões), um corpo de artilharia e um corpo de cavalaria. Apresentamos nas tabelas 1, 2 e 3 a respetiva previsão:

**Tabela 1 - Plano do Estado-Maior da LLL<sup>24</sup>**

<b>Posto</b>	<b>Números</b>	<b>Posto</b>	<b>Números</b>
<b>Comandante em Chefe</b>	1	<b>Cirurgião Mor</b>	1
<b>Coronel</b>	1	<b>Ajudantes do Cirurgião Mor</b>	6
<b>Tenentes-coronéis</b>	3	<b>Capelão</b>	1
<b>Tenente-coronel de cavalaria</b>	1	<b>Picador</b>	1
<b>Majores de Infantaria</b>	3	<b>Porta Estandartes</b>	4
<b>Major de Cavalaria</b>	1	<b>Clarim Mor</b>	1
<b>Ajudantes de Infantaria</b>	3	<b>Tambores Mor</b>	3
<b>Ajudantes de Cavalaria</b>	1	<b>Selleiro<sup>25</sup></b>	1
<b>Quartel Mestre</b>	1	<b>Espingardeiros</b>	3
<b>Ajudantes do Quartel Mestre</b>	3	<b>Serralheiros</b>	1
<b>Secretário</b>	1	<b>Carpinteiros</b>	2
<b>Ajudantes de Secretário</b>	2	<b>Coronheiro</b>	1
<b>Total do Estado-Maior</b>			46

<sup>24</sup> Ver Anexo G – Plano do Estado-Maior.

<sup>25</sup> Selleiro (atualmente designado de correiro) é a pessoa que tem a arte de trabalhar objetos em couro.

Fonte: adaptado de “Plano da força do Corpo da Leal Legião Lusitana composto de três armas, Infantaria, Cavalaria, [sic] e Artilharia” por Robert Wilson, (AHM DIV 3/22/1/3).

Segundo Martelo (2007) o estado-maior de um Batalhão de Caçadores possuía apenas 13 homens. Organicamente o estado-maior de um batalhão da LLL possuía mais 33 homens.

**Tabela 2 - Plano do Corpo de Infantaria da LLL<sup>26</sup>**

<b>Posto</b>	<b>Números</b>	<b>Posto</b>	<b>Números</b>
<b>Capitão</b>	1	<b>Cabos</b>	8
<b>Tenente</b>	1	<b>Tambores</b>	2
<b>Alferes</b>	1	<b>Soldados</b>	80
<b>Sargentos</b>	4	<b>Total de cada companhia</b>	97
<b>Total dos Batalhões</b>			2.328

Fonte: adaptado de “Plano da força do Corpo da Leal Legião Lusitana composto de três armas, Infantaria, Cavalaria, [sic] e Artilharia”, por Robert Wilson, (AHM DIV 3/22/1/3).

Robert Wilson no seu plano previa a organização de um Corpo de Infantaria composto de três batalhões, cada um com oito companhias (AHM DIV 3/22/1/3).

**Tabela 3 - Plano do Corpo de Cavalaria da LLL<sup>27</sup>**

<b>Posto</b>	<b>Números</b>	<b>Posto</b>	<b>Números</b>
<b>Capitão</b>	1	<b>Cabos</b>	4
<b>Tenente</b>	1	<b>Ferrador</b>	1
<b>Alferes</b>	1	<b>Trombeta</b>	1
<b>Furriéis</b>	2	<b>Soldados</b>	54
<b>Total de cada companhia</b>			65
<b>Total do Regimento de Cavalaria</b>			520

Fonte: adaptado de “Plano da força do Corpo da Leal Legião Lusitana composto de três armas, Infantaria, Cavalaria, [sic] e Artilharia”, por Robert Wilson, (AHM DIV 3/22/1/3).

<sup>26</sup> Ver Anexo H – Plano do Corpo de Infantaria.

<sup>27</sup> Ver Anexo I – Plano do Corpo de Cavalaria.

Robert Wilson no seu plano previa a organização de um Corpo de Cavalaria composto de quatro esquadrões, cada um com duas companhias (AHM DIV 3/22/1/3).

**Tabela 4 - Plano do Corpo de Artilharia da LLL<sup>28</sup>**

Posto	Números	Posto	Números
<b>Capitão</b>	1	<b>Cabos</b>	6
<b>1º Tenente</b>	1	<b>Tambores</b>	1
<b>2º Tenente</b>	2	<b>Soldados</b>	72
<b>Sargentos</b>	3	-	-
<b>Total do Corpo de Artilharia</b>			86

Fonte: adaptado de “Plano da força do Corpo da Leal Legião Lusitana composto de três armas, Infantaria, Cavalaria, [sic] e Artilharia”, Brigadeiro Robert Wilson, (AHM DIV 3/22/1/3).

Previam-se ainda a constituição de um Corpo de Cocheiros, pertencentes ao Corpo de Artilharia, que recebiam um salário igual ao de soldado. Este Corpo compreendia um Quartel Mestre, um sargento, um cabo e trinta e seis cocheiros (AHM DIV 3/22/1/3).

Recapitulando, segundo o plano assinado pelo Brigadeiro Wilson, previa-se uma Legião composta por 2.980 homens.<sup>29</sup> O Estado-Maior albergava 46 homens, o Corpo de Artilharia 86, o de Cavalaria 520 e, na sua maioria, o Corpo de Infantaria um total de 2.328 (AHM DIV 3/22/1/3).

Os dados apresentados e analisados anteriormente são referentes a um corpo com os seus quadros orgânicos teoricamente completos. No entanto este plano nunca se chegou a cumprir na sua totalidade. Os dados que apresentamos a seguir são referentes à Legião numa altura (20 de novembro de 1808) em que a força estava longe de cumprir o plano inicial de organização. Os dados do Mapa assinado a 20 de Novembro de 1808 por Robert Wilson são referentes apenas ao 1º Batalhão, uma vez que o segundo ainda estava a ser criado.

De acordo com “O Mappa [sic] que indica a força das diferentes [sic] armas deq. [sic] secompoem [sic] o Corpo da Leal Legião Lusitana, deq. [sic] he[sic] Chefe o

<sup>28</sup> Ver Anexo J – Plano do Corpo de Artilharia.

<sup>29</sup> Ver Anexo K – Total do da Força do Corpo da LLL.

Brigadeiro Robert Wilson”, documento assinado no quartel do Porto, a 20 de Novembro de 1808, pelo seu comandante (Robert Wilson), temos a constituição de três corpos (corpo de Infantaria, o Corpo de Cavalaria e o corpo de Artilharia). Cada corpo era constituído por um Estado-Maior e Menor (praças), e as companhias em si. Nas Tabelas 5, 6 e 7 apresentamos o efetivo de cada corpo na altura (AHM DIV 3/22/1/5).

**Tabela 5 - Efetivo do Corpo de Infantaria da LLL**

		Prontos	Destacados	Em diligência	Com licença	Presos	Doentes			Total	Em Falta	Completo
							Hospital	Quartel	Fora do Quartel			
Estado-maior e Menor	Brigadeiro	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1
	Major	4	-	-	-	-	-	-	-	1	2	3
	Cirurgião Mor	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1
	Ajudantes cirurgião	4	-	-	-	-	-	-	-	4	2	6
	Tambores Mor	2	-	-	-	-	-	-	-	2	1	3
	Espingardeiros	1	-	-	-	-	-	-	-	1	2	3
	Todos	10	-	-	-	-	-	-	-	10	23	33
	Cavalos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10	10
Força de Companhia	Capitães	3	-	-	-	-	-	1	-	4	20	24
	Tenentes	9	-	-	-	-	-	-	-	9	15	24
	Alferes	20	-	1	-	-	-	-	-	21	3	24
	Sargentos	69	-	8	-	3	4	8	1	93	3	96
	Cabos	95	-	7	-	-	4	4	-	110	82	192
	Tambores	35	-	-	-	-	-	-	-	35	13	38
	Soldados	692	-	24	-	13	42	23	-	794	1126	1920
	Todos	923 <sup>30</sup>	-	40	-	16	50	36	1	1066	1266	2328

Fonte: adaptado de “O Mappa [sic] que indica a força das diferentes [sic] armas deq. [sic] se compoem [sic] o Corpo da Leal Legião Lusitana, deq. [sic] he [sic] Chefe o Brigadeiro Roberto Wilson” (AHM DIV 3/22/1/5).

Como observação, Robert Wilson refere neste mapa que “Este corpo achase [sic] completo de uniformes e armamentos.” (AHM DIV 3/22/1/5).

<sup>30</sup> No documento original aparece o valor de “923”, no entanto o somatório dá o valor de “933”. Subentende-se um erro de cálculo do documento original ou a ocultação de postos/funções. Este erro vai influenciar os restantes cálculos da última linha da tabela.

**Tabela 6 - Efetivo do Corpo de Cavalaria da LLL<sup>31</sup>**

		Prontos	Destacados	Em diligência	Com licença	Presos	Doentes			Total	Em Falta	Completo
							Hospital	Quartel	Fora do Quartel			
Estado-maior e Menor	Tenente-coronel	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
	Major	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1
	Ajudante do Major	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
	Quartel Mestre	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
	Capelão	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1
	Picador	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
	Porta-estandarte	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	4
	Clarim-Mor	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
	Todos	2	-	-	-	-	-	-	-	2	9	11
	Cavalos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	44	44
Força de Companhia	Capitães	5	-	-	-	-	-	-	-	5	3	8
	Tenentes	5	-	-	-	-	-	-	-	5	3	8
	Alferes	8	-	-	-	-	-	-	-	8	-	8
	Furriéis de cavalaria	-	-	-	-	-	-	-	-	-	16	16
	Cabos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	32	32
	Anspeçadas <sup>32</sup>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	32	32
	Clarins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8	8
	Ferradores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8	8
	Soldados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	400	400
Todos	18 <sup>33</sup>	-	-	-	-	-	-	-	18	502	520	

Fonte: adaptado de “O Mappa [sic] que indica a força das diferentes [sic] armas deq. [sic] se compoem [sic] o Corpo da Leal Legião Lusitana, deq. [sic] he [sic] Chefe o Brigadeiro Roberto Wilson” (AHM DIV 3/22/1/5).

Na tabela 7, em jeito de observação, Robert Wilson refere neste mapa que “Este corpo achase [sic] completo de uniformes, armamentos, eseis [sic] bocas defogo [sic].” (AHM DIV 3/22/1/5).

<sup>31</sup> Ver Anexo L – Efetivo do Corpo de Infantaria e Cavalaria da LLL.

<sup>32</sup> “Anspeçada” era o nome que se dava antigamente a um militar acima de soldado e subordinado ao cabo.

<sup>33</sup> No documento original aparece o valor de “18”, no entanto o somatório dá o valor de “20”. Subentende-se um erro de cálculo do documento original ou a ocultação de postos/funções. Este erro vai influenciar os restantes cálculos da última linha da tabela, no entanto decidimos manter os valores da fonte primária consultada.

**Tabela 7 - Efetivo do Corpo de Artilharia da LLL<sup>34</sup>**

		Prontos	Destacados	Em diligência	Com licença	Presos	Doentes			Total	Em Falta	Completo
							Hospital	Quartel	Fora do Quartel			
Força de Companhia	Capitães	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1
	Tenentes	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1
	Alferes	2	-	-	-	-	-	-	-	2	-	2
	Sargentos	3	-	-	-	-	-	-	-	3	-	3
	Cabos	4	-	2	-	-	-	-	-	6	-	6
	Tambores	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1
	Soldados	61	-	2	-	4	3	2	-	72	-	72
	Todos	73	-	4	-	4	3	2	-	86	-	86

Fonte: adaptado de “O Mappa [sic] que indica a força das diferentes [sic] armas deq. [sic] secompõem [sic] o Corpo da Leal Legião Lusitana, deq. [sic] he [sic] Chefe o Brigadeiro Roberto Wilson” (AHM DIV 3/22/1/5).

**Tabela 8 - Totais dos Corpos**

		Total Efetivo	Em Falta	Completo			Total	Em Falta	Completo
Estado-maior e Menor	Brigadeiro – Chefe	1	-	1	Força de companhia	Coronheiro	-	1	1
	Coronel	-	1	1		Carpinteiro	-	2	2
	Tenente- Coronel	-	4	4		Todos	12	32	44
	Major	2	2	4		Cavalos	-	24	24
	Ajudante do Major	-	4	4		Capitães	10	23	33
	Quartel Mestre (QM)	-	2	2		Tenentes	15	18	33
	Ajudante do QM	-	3	3		Alferes	31	3	34
	Capelão	1	1	2		Sargentos	96	3	99
	Cirurgião Mor (CMor)	1	-	1		Furriéis de Cav	-	15	15
	Ajudantes do CMor	4	2	6		Cabos	116	114	230
	Picador	-	1	1		Anspeçadas	-	32	32
	Porta-estandarte	-	4	4		Tambores	36	13	49
	Tambor Mor	2	1	3		Clarins	-	8	8
	Clarim Mor	-	1	1		Ferradores	-	8	8
	Espingardeiros	1	2	3		Soldados	866	1526	2392
	Serralheiro	-	1	1		Todos	1170	1764	2934

Fonte: adaptado de “O Mappa [sic] que indica a força das diferentes [sic] armas deq. [sic] secompõem [sic] o Corpo da Leal Legião Lusitana, deq. [sic] he [sic] Chefe o Brigadeiro Roberto Wilson” (AHM DIV 3/22/1/5).

<sup>34</sup> Ver Anexo M – Efetivo do Corpo de Artilharia da LLL.

Como pudemos observar nas diversas tabelas, o número de efetivos da LLL, segundo “O Mappa [sic] que indica a força das diferentes [sic] armas deq. [sic] secompõem [sic] o Corpo da Leal Legião Lusitana, deq. [sic] he [sic] Chefe o Brigadeiro Roberto Wilson”, estava muito aquém daquelas que eram as previsões iniciais. No Gráfico 1 podemos constatar que ao Estado-maior ficaram a faltar 5 militares para que ficasse completo. O Corpo de Infantaria ficou a menos de metade do expectável, com apenas 1066 militares (quando o ideal seriam 2328 homens). No Corpo de Cavalaria, onde eram esperados 520 homens para o completar, apenas havia 18. Apenas o Corpo de Artilharia se constituiu como era previsto, apresentando um total de 86 militares.

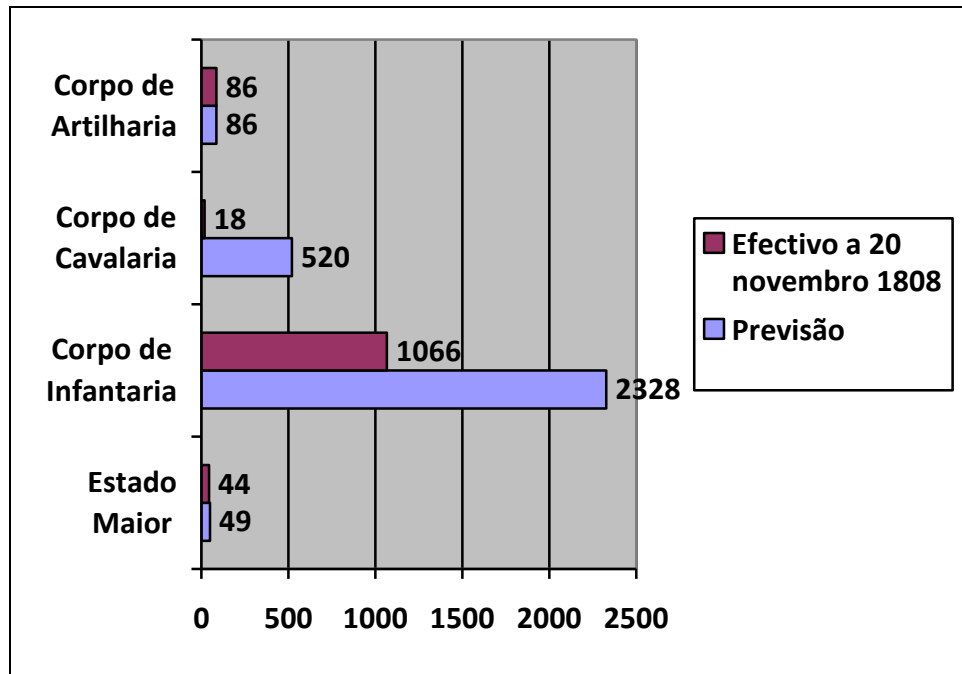


Gráfico 1 - Comparação de Efetivo “Previsto” e “Real” da LLL

Quando a Legião foi oficialmente reorganizada em 24 de junho de 1809 (através do Decreto assinado pelo Príncipe regente), podia contar com dois Batalhões a 10 companhias cada. Cada companhia possuía quatro oficiais e 107 sargentos, cabos e soldados. O Estado-maior possuía 47 militares, neles incluíam dois tambores-mores, dois pífanos e uma banda com 16 músicos. A LLL possuía agora um total de 2.647 homens (Chartrand e Coelho, 2006).

## Capítulo 4

### A Doutrina seguida pela Leal Legião Lusitana

#### 4.1. A Doutrina – Conceitos

Para podermos entender como atuava a Leal Legião Lusitana nas suas ações, é necessário, primeiro compreender alguns conceitos básicos acerca de como a infantaria evoluiu. Delimitaremos esta análise desde a Guerra da Independência dos Estados Unidos até à Guerra Peninsular.

A revolução do combate tem lugar no continente norte-americano, durante a Guerra da Independência dos Estados Unidos da América (EUA). Nesta altura o exército britânico usava uma tática semelhante ao modelo prussiano, onde a infantaria de Linha se dispunha em três fileiras, mais ou menos fechadas, constituindo-se como um grupo de homens denso e de movimentação difícil, direcionadas para o combate com o tiro efetuado á ordem de uma voz e para o choque frontal, com um adversário com características idênticas. Do lado dos rebeldes (EUA) não se podia esperar este tipo de tática devido à sua limitada instrução militar. Na verdade a tática empregada pelos americanos baseava-se na dispersão dos atiradores, com alta mobilidade, capazes de se aproximarem das linhas britânicas de forma rápida. Como os atiradores americanos usavam a sua própria iniciativa para se movimentarem, também a usavam para se protegerem dos fogos do inimigo, procurando qualquer acidente no terreno que lhe conferisse proteção. É então que o conceito *Ordem Unida* passa a ser designado por *Ordem Dispersa* (Martelo, 2007).

As inovações táticas resultantes da Guerra da Independência Americana rapidamente passam a ser adotadas na Europa. Como nos explica Martelo (2007, p.20) “só era preciso que condições políticas análogas favorecessem o aparecimento do *soldado-de-infantaria-cidadão*, e essas condições apareceram com a eclosão da Revolução Francesa.”

As modalidades de manobra assentes em formações compactas desde logo passam a dar lugar a dispositivos onde o espaço entre unidades vai aumentar. Antes o comando (a

altos escalões) era fácil e centralizado, onde a baixos escalões era quase nulo. As novas táticas implicavam um poder mais descentralizado aos altos escalões, levando a que os mais baixos (escalões) tivessem maior responsabilidade (Martelo, 2007).

Em 1972, o comandante do Exército do Norte, General Dumouriez, introduz um novo conceito. Cada regimento de infantaria escolhia os seus melhores atiradores e estes eram treinados como infantaria ligeira. Alguns dos seus pares começaram a adotar a mesma ideia, e começa a surgir a ideia de possuir um conjunto de unidades aptas a desempenhar tarefas próprias da infantaria ligeira (Martelo, 2007).

Os antigos exércitos que seguiam o modelo prussiano marchavam e combatiam à velocidade de 70 passos por minuto. O exército francês conseguia uma cadência de 120 passos por minuto, dando mais ímpeto ao combate. Esta velocidade estava não só associada às formações táticas, como também ao aligeiramento das tropas. Devido à ideia de que “um exército marcha sobre o seu estômago”<sup>35</sup>, em que os abastecimentos das tropas eram feitas pelas regiões onde o exército francês passava, a bagagem que normalmente acompanhava um militar de infantaria era no máximo um oitavo da do militar prussiano (Martelo, 2007).

As unidades de Infantaria podiam então dividir-se em dois tipos, a Infantaria de Linha e a Infantaria Ligeira. As unidades de Infantaria de Linha constituíam-se como o pilar de todos os exércitos. Esta tinha a missão de enfrentar o inimigo, primeiro pelo fogo e depois pelo poder de choque (emprego da baioneta). As unidades de Infantaria Ligeira destinavam-se, essencialmente, a utilizar o fogo deixando de parte o poder de choque (Regalado & Silva, 2010).

As novas unidades de Infantaria Ligeira possuíam capacidades e requisitos para os quais os regimentos de Infantaria de Linha não estavam qualificados. Podemos então visualizar na Tabela Nº 9 a relação entre as capacidades da Infantaria Ligeira e os seus requisitos:

---

<sup>35</sup> Célebre frase de Napoleão Bonaparte.

Tabela 9 - Infantaria Ligeira - Capacidades e Requisitos

<b>CAPACIDADE</b>	<b>REQUISITO</b>
<b>Mobilidade</b>	Aligeiramento de arma e equipamento
<b>Tiro preciso e seletivo</b>	Atiradores especiais Carabina estriada
<b>Combate em ordem dispersa</b>	Iniciativa Rusticidade Desembarço físico
<b>Reconhecimento e Contra-Reconhecimento</b>	Inteligência Conhecimento do terreno Uniforme de cor discreta

Fonte: adaptado de “Os Caçadores – Os Galos de Combate do Exército de Wellington” (Martelo, 2007, p.26)

Um conjunto de requisitos não era fácil de conseguir através de um recrutamento normal. Era necessário uma experiência pioneira num contexto não-revolucionário, como por exemplo, aquela que os caçadores profissionais possuíam (Martelo, 2007).

Em Portugal, é a ameaça de guerra que leva a fazer emergir os primeiros passos de reorganização das forças militares, notavelmente semelhantes aos que já se sentiam noutros países, à exceção da França, que como já vimos, aí a velocidade das transformações era mais rápida (Martelo, 2007).

Através do decreto datado de 1 de agosto de 1796 são dados os primeiros passos de reconversão. Um deles é reorganizar os Regimentos de Infantaria, incluindo neles uma companhia de Caçadores. Uma das pessoas mais empenhadas nesta reforma foi o Marechal de Campo Gomes Freire de Andrade, que por ter participado na Campanha do Rossilhão, observou as tendências e com a sua experiência, defendeu a formação de Tropas Ligeiras, não só para a Infantaria, mas também para a Cavalaria, que adotaram a denominação de “Caçadores”. É então que surge a primeira Legião de Tropas Ligeiras, força comandada pelo Marquês de Alorna. Em Janeiro de 1802, em Conselho de Guerra, é apresentado um novo memorando sobre a reorganização. Neste documento previa-se a criação de 3 Legiões, composta por 2 Batalhões de caçadores e dois esquadrões de hussardos (cavalaria ligeira ou caçadores montados), num total de 5.000 caçadores e 1.200 hussardos. É importante referir que as 3 Legiões estavam sediadas em Bragança, Guarda e Castelo Branco. Estas regiões caracterizam-se por serem de fronteira e apresentarem um relevo montanhoso (Martelo, 2007).

Apesar de este termo só ter surgido em meados do século XIX, a *Força de Cobertura*, é algo que já era pensado na altura, mesmo que de forma involuntária. Com elevado grau de prontidão, estas Legiões deveriam estabelecer o contacto com o invasor, procurar recolher informações a seu respeito e retardar o seu avanço, permitindo ao exército de Linha que se preparasse para o eventual combate. “A tarefa fundamental da recolha de informações acerca das movimentações do inimigo fazia das Tropas Ligeiras um instrumento primordial da acção [*sic*] de comando” (Martelo, 2007, p.31).

Beça (1906, p.76) descreve a Guarda Avançada como sendo “não só um órgão de segurança, mas o principal órgão de reconhecimento na frente das colunas. (...) As guardas avançadas tateiam [*sic*] o inimigo em toda a linha da frente (...) travando o combate de preparação, que permite elucidar mais completamente o commando [*sic*].” A ação veloz da guarda avançada permitia ao grosso evitar avanços prematuros, falsas direções e ataques no vácuo.

A utilização de tropas ligeiras podia ser vista de duas formas diferentes, uma como medida de segurança, e a outra, como uma ação tática deliberada. No primeiro caso, numa situação em as tropas se encontravam em terreno densamente arborizado e acidentado, a Infantaria Ligeira tinha a capacidade de poder progredir (ao contrário da Infantaria de Linha) em segurança e de evitar ser detetada. No segundo caso as tropas, na ofensiva, precediam ao grosso da força, impedindo o inimigo de se aperceber das características da força que se lhes ia opor. Numa situação defensiva, a Infantaria Ligeira, tinha a capacidade de conduzir ações de desgaste contra o opositor (atuando à frente da linha), procurando desorganizá-lo e reduzir-lhe o ímpeto (Martelo, 2007).

As regiões fronteiriças do interior eram importantes, não só do ponto de vista do terreno, mas também do ponto de vista do recrutamento. Os habitantes das zonas do interior eram, por inerência, bons caçadores de profissão, naturalmente motivados e conhecedores do terreno, tornando-os boa tropa ligeira mesmo antes de serem alistados (Martelo, 2007).

Segundo Chartrand e Coelho (2006, p.16) “os homens eram formados de acordo com os regulamentos britânicos o que significava por na língua portuguesa as instruções necessárias do treino da infantaria Ligeira e outros regulamentos.”

#### 4.2. Aplicação dos conceitos às ações da Leal Legião Lusitana

À luz dos conceitos anteriormente apresentados, a LLL caracteriza-se por ser uma unidade de Infantaria Ligeira. Não havendo doutrina publicada associada à forma como a LLL operava, para a entendermos, primeiro temos de interpretar as diferentes ações em que ela participou. A seguir apresentamos o porquê dela ser uma unidade de Infantaria Ligeira. Tal, só é possível através da análise das “Narrativas das Campanhas” sobre a LLL, memórias em primeira mão escritas pelo Tenente-coronel William Mayne e pelo Capitão Lillie, oficiais que serviram no Corpo.

“A maior parte dos homens recrutados para a LLL pertencia a este robusto campesinato; o seu espírito empreendedor deu-nos aquelas esperanças de sucesso que mais tarde foram tão gloriosamente confirmadas pelos distintos serviços do corpo.” (Mayne e Lillie, 2010).

Nesta passagem podemos demonstrar como os habitantes do interior eram as pessoas indicadas para servirem uma unidade de Infantaria Ligeira. O **recrutamento**<sup>36</sup> de pessoal para a LLL era algo que se tinha muito em conta, e apenas homens que apresentavam características evidentes de motivação e empenho o podiam fazer, que era o caso.

Quando Sir Robert Wilson marchou para Espanha, para fazer frente à 2ª Invasão francesa, decidiu colocar as suas forças em frente das guarnições de Almeida e Ciudad Rodrigo, na direção de Salamanca. Aqui, a Leal Legião Lusitana ocupou uma linha muito extensa de terreno, que mais tarde veio a ser reforçada por tropas espanholas e pela cavalaria portuguesa. Com isto, um corpo francês que marchava em direção a sul, encontrou este dispositivo e de imediato parou. Não sabendo do número nem das tropas que tinham de enfrentar acabando por desistirem de avançar.

Podemos evidenciar uma das características da Infantaria Ligeira que é a **descentralização das forças**. Com a dispersão das forças no terreno, confiando não só na combatibilidade dos homens, mas também na liberdade de ação aos escalões mais baixos, consegue-se obter um efeito surpresa desejado. Com as convencionais formações compactas da Infantaria de Linha, provavelmente, esta manobra não teria o impacto desejado.

Num outro exemplo, numa operação seguinte (2ª Invasão ainda), o Tenente-coronel Grant atacou um posto avançado à noite, que estava colocado perto de Ledesma (vila

---

<sup>36</sup> Negrito do autor.

localizada perto de Salamanca). Nesta ação Grant surpreendeu os franceses que estavam sentados à volta das fogueiras, caindo subitamente sobre eles, matando ou fazendo-os dispersar. Os que escaparam fugiram para a cidade de Salamanca. Desde então o inimigo foi obrigado a confinar a sua guarnição no interior das muralhas. “Raramente passava um dia sem que ocorresse um acontecimento deste género, o que contribuía muito para incomodar o inimigo, nunca lhe permitindo um momento de tranquilidade. (...) A conduta dos Leais Lusitanos e as arrojadas operações e acertadas decisões tomadas pelos seus oficiais prestaram estes importantes serviços (...) travando o avanço do inimigo para Portugal...” (Mayne e Lillie, 2010, p.57).

Como referimos anteriormente, este tipo de Infantaria (Ligeira) executava missões que mais tarde viriam a ser executadas por unidades de *Guarda Avançada*. Neste pequeno trecho podemos evidenciar isso mesmo. A LLL investia em pequenas **ações de reconhecimento**, levando a que perturbasse, de alguma forma, a normal conduta das tropas inimigas. Estas ações permitiam também à LLL **obter informações**<sup>37</sup> acerca da localização inimiga, permitindo fornecer estas informações às forças da retaguarda.

“A Legião continuava ainda a incomodar o inimigo, que sofria deserções constantes por nós termos feito circular notas entre os seus homens, escritas em diferentes línguas, que induziam muitos, especialmente os que estavam a servir à força o exército francês, a fugir para junto de nós para proteção...” (Mayne e Lillie, 2010, p.58).

Não estando diretamente relacionado com a doutrina tática, este excerto mostra-nos como as ações psicológicas contribuía para afetar os recursos humanos do inimigo.

“Agora [2ª invasão] tínhamos dois batalhões do corpo em Puerto de Béjar, um importante desfiladeiro, para interceptar [sic] as comunicações entre Lapisse, que estava em Salamanca, e o exército francês sob o comando do marechal Victor (...) no tejo, na vizinhança de Almaraz. (...) O coronel [sic] Mayne aumentou consideravelmente a força natural deste importante desfiladeiro de Puerto de Bains [sic] [em Baños de Montemayor] ... Durante este período, um grande comboio de mensagens importantes foi interceptado [sic] pelos nossos guerrilheiros, e os da escolta que não tinham sido passados a fio de espada ficaram prisioneiros do coronel [sic] Mayne.” (Mayne e Lillie, 2010, p.58-59)

Em qualquer operação militar, a interceção de mensagens do inimigo constitui-se de extrema importância, e este caso não é exceção. Todas as mensagens que eram intercetadas pelas forças de Mayne eram de imediato enviadas à retaguarda para que fossem estudadas.

---

<sup>37</sup> Negrito do autor.

Todos aqueles que não eram mortos ou apanhados eram feitos prisioneiros. Desta feita podemos depreender que eram interrogados para poderem fornecer mais informações importantes acerca das tropas francesas (Mayne e Lillie, 2010).

“Sir Robert Wilson, que também andava no encalço do inimigo com alguns dragões, desde Ciudad Rodrigo, chegou a El Payo à noite, tendo feito um grande número de prisioneiros nesse dia e no dia anterior. Os coronéis Wilson e Grant também se uniram em El Payo, de onde todos saímos no dia seguinte e continuamos a perseguir o inimigo... Perseguimos o inimigo com todos os nossos efetivos durante dois dias, fazendo vários prisioneiros nas nossas escaramuças [conflitos] com a sua retaguarda. A perseguição continuou com grande êxito e assediou o inimigo com tanta intensidade, que este julgava estar a ser perseguido por um exército muito grande.” (Mayne e Lillie, 2010, p.62-63).

“Contudo, o inimigo, vendo a sua retaguarda ameaçada pelo nosso corpo, que nessa altura já tinha voltado ao seu flanco direito, previu o perigo eminente em que se encontrava de se ver bloqueado se travasse uma batalha com os aliados naquele dia e, portanto, abandonou o seu acampamento (...) e fugiu...” (Mayne e Lillie, 2010, p.70).

Identificamos, mais uma vez, nestes dois últimos parágrafos a capacidade de **mobilidade**<sup>38</sup> que a Infantaria Ligeira (neste caso a LLL) proporcionava aos exércitos, ao contrário da Infantaria de Linha, de movimentar as suas forças de forma rápida. Nesta operação a Leal Legião Lusitana executou uma operação de perseguição e outra de envolvimento (respetivamente) às forças francesas.

Todas as passagens que vimos até então passaram-se enquanto a LLL conduzia as suas ações em solo espanhol durante a 2ª invasão francesa. De seguida identificamos os modos de atuação, ocorridas durante a 3ª invasão, da Leal Legião Lusitana nas Batalhas do Buçaco, de Fuentes de Oñor e a sua última, a Batalha de La Albuera (respetivamente).

Durante a batalha do Buçaco, Mayne e Lillie (2010, p.82) relatam o seguinte: “A conduta das tropas portuguesas aqui foi eminentemente conspícua. A Leal Legião Lusitana e o 8º Regimento português, que nunca tinha entrado antes em combate, juntaram-se nesta **carga de baioneta**, sob o comando do Tenente-coronel Douglas e o major Birmingham, com tanta valentia como se fossem veteranos.”

Mais uma vez vemos a LLL, Infantaria Ligeira, a executar uma operação (carga de baioneta) característica de uma unidade de Infantaria de Linha.

---

<sup>38</sup> Negrito do autor.

“No dia 6 de Maio [sic], durante a Batalha de Fuentes de Oñoro [sic], quando uma coluna do inimigo manifestou a intenção de rodear a esquerda do exército aliado atravessando o rio Duas Casas, em Aldeia do Bispo, este segundo batalhão [da Leal Legião Lusitana] (inicialmente chamado *Os Fugitivos do barão Eben*) recebeu ordens para passar o rio a vau sob o fogo do inimigo e expulsá-lo da posição elevada de que se tinha apoderado no lado oposto do rio; as ordens foram cumpridas da maneira mais destemida e satisfatória” (Mayne e Lillie, 2010, p.82).

Nesta passagem, acerca da Batalha de Fuentes de Oñor, está explícito que a capacidade de **mobilidade** contribuiu para o sucesso da missão. No entanto subentende-se que a capacidade de combater em **ordem dispersa**<sup>39</sup> esteve presente, nomeadamente na passagem a vau do rio (rusticidade e desembaraço físico).

Relativamente à Batalha de Albuera, os oficiais Mayne e Lillie (2010, p.85-86) explicam muito sucintamente que “A vitória de La Albuera pode, com justiça, atribuir-se aos grandes serviços desta brigada [brigada de fuzileiros e a Leal Legião Lusitana] naquele memorável dia, porque durante o período crítico do seu avanço e carga, o inimigo (...) foi obrigado a bater em retirada com pesadas baixas. (...) A Leal Legião Lusitana lutou na ala esquerda durante algum tempo. O inimigo manteve o seu terreno nos pontos elevados, flanqueado pela artilharia, que mantinha um fogo cerrado contra os nossos. Mas finalmente, quando chegamos a poucas jardas das colunas, ele cedeu com a maior precipitação, apesar de todos os esforços dos seus oficiais para o impedir, e os nossos valentes homens que sobreviveram ao tiroteio perseguiram-nos e fizeram-nos correr sobre *três colinas sucessivas* (...) depois o inimigo nunca mais tentou avançar.”

É de realçar a capacidade de **mobilidade**<sup>40</sup> que permitiu à leal legião aproximar-se do inimigo, fazer a carga de baioneta e a seguir lançar uma ação de perseguição, impedindo o inimigo de se reorganizar e lançar o contra-ataque. Apesar das adversidades, este ímpeto deve-se muito ao facto dos militares que constituíam esta força estarem a lutar por uma causa.

---

<sup>39</sup> Negrito do autor.

<sup>40</sup> Negrito do autor.

## **Capítulo 5**

### **A Autonomia da Leal Legião Lusitana**

#### **5.1. A Importância da Autonomia no Decorrer das Operações**

A Leal Legião Lusitana destacava-se no que toca, principalmente, à sua autonomia de comando e, conseqüentemente, como as operações se desenrolavam. Robert Wilson tinha, como já vimos, uma personalidade ímpar no que tocava à forma de comandar. As suas operações com a LLL eram conduzidas, sempre que possível, de forma autónoma. Quando recebia ordens das autoridades portuguesas, ele apresentava-se como uma unidade britânica. Quando recebia ordens das autoridades britânicas, defendia sempre encontrar-se sob a alçada dos comandantes portugueses (Mayne e Lillie, 2010).

Reforçando a ideia anterior, Chartrand e Coelho (2006, p.17) afirmam que “ele [Robert Wilson] queria autoridade para dispor como achasse conveniente e não desejava a vigilância de comandantes superiores.”

Esta forma de comandar de Wilson pode ter contribuído para o sucesso das operações na Península, nomeadamente quando as forças portuguesas se encontravam em situações arrojadas e necessitavam de um comandante audacioso e, caracteristicamente autónomo para as resolver. Contudo, esta conduta levava Robert Wilson a demitir-se. O seu comportamento criava, inevitavelmente tensões na estrutura de comando, colocando em causa a própria estrutura dos comandantes superiores no terreno. Até à batalha de Baños tudo tinha corrido bem. Mas com a pesada derrota nesta última, “Wilson tinha agora de enfrentar um Beresford irritado e um frio acolhimento por parte de Wellington.” (Chartrand e Coelho, 2006, p.23).

Para compreender a autonomia da LLL é importante falar das frentes, desde Alcântara até às Beiras, em que esteve empenhada em deter os franceses: na marcha de Soult em direção ao Porto (no início da 2ª invasão), na fronteira entre Ciudad Rodrigo e Almeida (2ª invasão) e quando Lapisse tentou entrar em Portugal pelo Alentejo.

No norte esteve empenhado o 2º Batalhão da LLL sob o comando do barão de Eben. A Legião deslocou-se para Braga, com apenas 1.200 homens, onde encontrou pela frente o Marechal Soult com uma força de 22.000 que tentava chegar até ao Porto. A 25 de março de 1809 os franceses iniciam a sua marcha a partir de Braga, e durante três dias a LLL conseguiu atrasar o avanço de Soult. No entanto a Legião acabou por retirar em direção ao Porto, tendo sofrido pesadas baixas (Chartrand e Coelho, 2006).

Na fronteira com Espanha, a Este, estava Robert Wilson com o 1º Batalhão. Apoiado pelos espanhóis, o comandante da LLL podia contar com cerca de 3.000 infantes e 400 cavaleiros nos arredores de Ciudad Rodrigo. No final de março de 1809, Lapisse recebe ordens para se juntar às forças de Victor, mas depara-se com as passagens do Tejo cortadas pelas forças de Wilson. Entretanto ataca Ciudad Rodrigo e a Legião é atraída para a defesa da mesma, deixando livre a passagem para sul (Pires, 2010b).

A 19 de abril de 1809 Lapisse junta-se a Victor e marcham para junto da fronteira alentejana. Aqui, a LLL tinha a missão de defender o flanco esquerdo das forças aliadas. Com um efetivo de 1800 a 2000 homens (entre o Batalhão da LLL comandado por Mayne, o regimento de milícias de Idanha, um esquadrão de cavalaria e uma bateria a seis peças) contra uma divisão de cerca de 7600 homens e 900 de cavalaria (mais do dobro da LLL) Wilson conseguiu conter o seu avanço. A sua tática foi alongar as linhas de atiradores, retirando-lhes profundidade ao seu dispositivo e dando a ideia de se tratar de uma força com maior efetivo. Durante as suas ações, a LLL investia no assalto aos seus acampamentos, atacava os comboios de reabastecimentos, interceptava informações da correspondência inimiga, destruía as secções de exploração do inimigo e por vezes obrigava o grosso da força a desenvolver (Pires, 2010b).

Nas ações que desenvolveu, desde o retardamento das tropas de Soult até ao empenhamento com Lapisse, a Legião atuava de forma autónoma e eficaz. Atuava sempre na frente ou nos flancos do exército anglo-português. Embora atuasse de forma autónoma, era sempre em coordenação com a força que apoiava.

A partir da demissão de Robert Wilson, não há relatos de situações idênticas. A LLL passou a integrar oficialmente o exército de Beresford e continuou a cumprir com as suas missões. Desta feita, a autonomia que Wilson proporcionava até então à Leal Legião Lusitana tinha acabado, cumprindo-se agora o normal funcionamento de uma força dependia de uma estrutura de comando superior (Chartrand e Coelho, 2006).

Podemos também falar da autonomia da Leal Legião Lusitana de um ponto de vista da logística. Quando a LLL saiu do Porto para iniciar as suas operações, teve de deixar a sua bagagem pesada para trás devido à falta de mulas (Chartrand e Coelho, 2006).

Apresentamos um exemplo quando a Legião se encontrava perto de Plasencia (durante a 2ª invasão). Com a entrada de Soult neste local, os cerca de quinhentos membros da LLL que tinham sido destacados para a vizinhança tinham ficado com as comunicações cortadas, juntamente com um destacamento britânico (com cerca de quinhentos também). Alguns militares e mantimentos acabaram por cair nas mãos dos franceses. No entanto, os cerca de mil homens conseguiram defender o destacamento dos grupos saqueadores do inimigo. Deste destacamento britânico fazia parte um grande comboio fornecedor das forças. A proteção deste comboio deixava os britânicos em dívida para com a LLL, que foi liquidada pelo fornecimento de mantimentos à Legião (Mayne e Lillie, 2010).

Quando Wilson e Mayne se dirigiram a Inglaterra para fazer o acordo e saber a quem realmente a LLL pertencia (se a Portugal ou a Inglaterra), esta foi “abandonada” nos arredores de Castelo Branco. Depois dos árduos empenhamentos durante a 2ª invasão francesa, o país encontrava-se esgotado de provisões causado por ambos os exércitos. A Leal Legião Lusitana sofreu com isso, encontrava-se mal provida, tanto de rações como de roupas e equipamento (Mayne e Lillie, 2010).

Durante a sua expedição, a LLL conseguia a aquisição de víveres perto das populações ou através de comboios de reabastecimentos. A LLL quanto à sua tipologia – Infantaria Ligeira – não lhe permitia transportar as provisões necessárias, para além daquelas que os militares transportavam na mochila. Quando atuava de forma isolada, o problema ainda era mais grave do que integrado numa força, que normalmente era acompanhada por um comboio de reabastecimento (Mayne e Lillie, 2010).

## 5.2. A Base de Sustentação Financeira e logística da Leal Legião Lusitana

Enunciando as palavras de Centeno (2008, p.120), a Leal Legião Lusitana “não se trata de um corpo organizado por Portugal nos quadros da organização do exército [*sic*] português [*sic*], mas sim um corpo militar, constituído e pago pela Inglaterra...”

Quando o corpo foi criado por iniciativa dos portugueses emigrados houve a preocupação de encontrar alguém que o financiasse. O embaixador português em

Inglaterra, Chevalier de Sousa, encarregou-se de pedir ao governo britânico o apoio financeiro necessário. A 29 de Julho de 1808, Lord Castlereagh aprovou a proposta de forma e armar o Corpo, dando as instruções para fornecer fardamento, equipamento, armas e peças de artilharia (Chartrand e Coelho, 2006).

Através de uma requisição para o Tesouro, sai uma ordem para fardar três regimentos de Caçadores portugueses e uma companhia de artilharia. De seguida foi requerido que todo o equipamento e armas necessários para equiparem de imediato um batalhão, fossem enviados para Plymouth (local onde organizava a futura LLL). O material que iria equipar o 2º e 3º batalhões (3º batalhão este que nunca se concretizou), deveria ser fabricado no Porto (Chartrand e Coelho, 2006).

Na requisição que foi despachada constavam 2302 unidades de barretinas e plumas, pantalonas, golas de couro pretas, casacos, polainas e sobretudos, 4604 sapatos, camisas e meias (ou seja, dois pares para cada homem), 75 faixas de sargento e talabartes, 48 talabartes de tambores, 120 conjuntos de patronas<sup>41</sup> de atiradores e 2276 conjuntos de patronas de caçadores (Chartrand e Coelho, 2006).

Pouco tempo depois foi feita outra requisição. Desta requisição contavam: 2070 mosquetes com baionetas, 120 espingardas com baionetas, 64 pistolas, cornetas, 24 bombos, 12 machados, 12 serrotes e 316 terçados<sup>42</sup>. A elevada solicitação de terçados justificava-se por os cabos os utilizarem como mosquetes. Para a artilharia foram pedidos quatro canhões e dois obuses de campanha, bem como as munições em proporção.

O financiamento não era exclusivamente inglês. Os oficiais e outros militares portugueses eram pagos pelo tesouro português (Mayne e Lillie, 2010).

---

<sup>41</sup> “Patrona: espécie de cartucheira, geralmente suspensa por boldrié.” (Chartrand e Coelho, 2006, p.51)

<sup>42</sup> “Terçado: espada curta.” (Chartrand e Coelho, 2006, p.51)

## **Capítulo 6**

### **A Extinção da Leal Legião Lusitana**

#### **6.1. A Fase Final da Leal Legião Lusitana e o Destino Futuro das Suas Forças**

“A Leal Legião Lusitana iniciaria uma campanha que é uma das mais gloriosas que as tropas portuguesas efectuaram [*sic*] durante a guerra peninsular e de que a maioria dos historiadores não tem compreendido e estudado a sua grandeza e importância.” (Centeno, 2008, p.121).

Como já vimos, Puerto de Baños foi a última ação de Robert Wilson na Península Ibérica, no entanto não foi o fim da LLL. Após estes acontecimentos a Leal Legião ainda participou nas batalhas do Buçaco (a 27 de setembro de 1810), na defesa das Linhas de Torres, no combate de Pombal e na batalha de La Albuera (16 de maio de 1811), sendo esta a sua última e derradeira batalha (3ª invasão) (Mayne e Lillie, 2010).

Após a grande mudança da hierarquia superior, a legião encontrava-se bastante degradada nos finais de 1809. Em janeiro de 1810 a LLL foi inspecionada pelo General Hamilton (o oficial inspetor do exército) na cidade de Castelo Branco. O seu estado era lastimável a vários níveis. Foi então que entraram numa nova fase de treino (Chartrand & Younghusband, 2000).

O treino de infantaria ligeira era o objetivo principal de Beresford, já que precisava de mais tropas ligeiras. Outro dos problemas era o recrutamento. Inicialmente, o recrutamento para a Legião apenas era feito através de voluntariado, no entanto acabou por ser feito através de requisição (como acontecia com todo o Exército Português) (Chartrand e Coelho, 2006).

Dias antes da Batalha do Buçaco (27 setembro de 1810), o exército francês une os seus corpos e começa a marchar em direção a Portugal (3ª invasão). Do lado de cá, sabendo da movimentação do inimigo, os aliados iniciaram uma movimentação em direção a Coimbra para que se pudessem juntar. Esta junção, sobre as ordens do Lorde de

Wellington, foi feita nas vizinhanças do Buçaco. Na manhã em que a operação de junção se desenvolveu, Massena decide atacar o Exército Português. “ (...) Nesta ocasião os aliados obtiveram uma vitória muito brilhante e gloriosa. A divisão do General Leith distinguiu-se de modo especial nesta batalha, com uma valente carga de baioneta sobre uma coluna do inimigo, que tinha conseguido subir aos locais elevados do lado direito mas foi imediatamente desbaratada pela valentia do General Leith e da sua divisão, constituída pelos 1.º, 9.º e 38.º Regimentos da Infantaria Britânica, do 8.º Regimento de Infantaria Portuguesa e da Leal Legião Lusitana.” (Mayne e Lillie, 2010, p.82).

O comportamento das tropas portuguesas deixou a sua marca. O 8º Regimento português e a Leal Legião nunca tinham estado juntos em combate no passado, mas a “famosa” carga de baioneta ficou para sempre, assinalando a sua valentia. Nesta operação, a LLL, contou com um efetivo total de 1.646 homens, não tendo sofrido qualquer baixa (Mayne e Lillie, 2010).

Após o Buçaco, Wellington decide recuar para as Linhas de Torres. A cada passo, o efetivo da Legião baixava. Em março de 1811, o 2º Batalhão contava com 378 homens enquanto que, o efetivo do 1º sob o comando do Tenente-coronel Edward Hackshaw, tinha baixado para 572 (Chartrand e Coelho, 2006).

Na Batalha de Fuentes de Oñor, onde o 2º Batalhão fazia parte da 5ª Divisão comandada por Wellington, também se destacou quando uma coluna do inimigo manifestou intenção de rodear a esquerda do exército aliado, atravessando o rio Duas Casas (Aldeia do Bispo), o 2º Batalhão recebeu ordens para passar o rio a vau sob o fogo do inimigo e expulsá-lo da posição elevada que ocupava do lado oposto do rio. Mais tarde, sob o comando de Beresford, distinguiu-se nos cercos de Olivença e Badajoz. Neste último, numa só noite, perdeu quatro subalternos e um piquete (Mayne e Lillie, 2010).

O 1º Batalhão marcou presença na Batalha de Albuera a 16 de maio de 1811, integrando o Exército de Beresford. Esta batalha marcou decisivamente a LLL, tendo sido a sua última. Apesar da maioria do exército aliado não ter estado envolvido neste dia, o 1º Batalhão da Leal Legião combateu. Enquanto combatia a cavalaria francesa, tinha também de enfrentar a artilharia inimiga. A ação levada a cabo pela LLL contribuiu para a vitória, contudo perdeu 171 homens. A Leal Legião Lusitana estava agora reduzida a menos de 800 homens (Chartrand e Coelho, 2006).

O Tenente-coronel Hawkshaw foi quem comandou o 1º Batalhão da LLL ao longo deste dia. Ele próprio ficou gravemente ferido. O comandante-chefe (Marechal Beresford) mandou notificar oficialmente Hawkshaw pela sua distinção na Batalha de Albuera, bem

como colocar o nome de todos os que serviram o 1º Batalhão na ordem de serviço, pela valentia e honra demonstradas. Pediu ainda que todos os oficiais sobreviventes fossem promovidos imediatamente (Mayne e Lillie, 2010).

Segundo o documento, o “Segundo Batalhão da Leal Legião Lusitana”<sup>43</sup>, assinado a 23 de dezembro de 1815, no quartel de Trancoso, pelo Sir Dudley St. Leger Hill<sup>44</sup>, documento na qual estão explanados todos os comandantes que comandaram o 2º Batalhão nas batalhas, ações e defesas, podemos constatar que a Batalha de Albuera não aparece no registo (AHM DIV 3/22/1/40).

Nesta altura, todos os batalhões de infantaria ligeira estavam aquém do desejado no que tocava ao número de homens. Então Beresford decide que é necessário criar mais batalhões de tropas ligeiras no Exército Português, e Wellington concordou. “Para satisfazer esta necessidade, Beresford convocou a Leal Legião Lusitana para um último serviço” (Chartrand e Coelho, 2006, p.25)

Como afirmam Mayne e Lillie (2010, p.88) nas suas Narrativas, “Assim terminaram os serviços dos patrióticos e valentes oficiais e soldados que constituíram a Leal Legião Lusitana, que foram pouco depois organizados em batalhões de caçadores, e os seus nomes e fardas foram alterados de tal maneira que a existência do corpo dificilmente pode ser detectada [*sic*] no actual [*sic*] exército português.”

## 6.2. A Organização em Batalhão de Caçadores

Por portaria de 20 de abril de 1811 foi a Leal Legião Lusitana extinta para que novos Batalhões de Caçadores fossem criados<sup>45</sup>. A partir do 1º Batalhão da LLL foi criado

---

<sup>43</sup> Ver Anexo N – Segundo Batalhão da Leal Legião Lusitana

<sup>44</sup> Sir Dudley St. Leger Hill nasceu em 1790 em Country Carlow (Irlanda), e faleceu a 21 de fevereiro de 1851 Punjab, na Índia. Entrou para o exército britânico em 1804 com a função de porta-estandarte do 82º Regimento de Infantaria. Após algumas expedições, participou com o seu regimento nas campanhas em Portugal, estando presente na batalha da Roliça. Foi ferido várias vezes em combate. Após a sua campanha em Espanha, em 1809 voltou a Portugal, tendo participado na Batalha de Talavera e no combate do Côa. Foi nomeado comandante do Batalhão de Caçadores nº8 e promovido ao posto de Tenente-coronel em 1813, e a Coronel em 1815. Após algumas campanhas pela Europa, regressou a Portugal em 1814, tendo-se mantido até 1820, ano em que foi obrigado a regressar à Grã-Bretanha devido à Revolução liberal. (Amaral, 2009)

<sup>45</sup> Ver Anexo O – Portaria de 20 Abril de 1811.

o Batalhão de Caçadores 7, a partir do 2º nasceu o Batalhão de Caçadores 8 e com o pessoal que sobrou foi criado o Batalhão de Caçadores 9 (Chartrand e Coelho, 2006).

Os oficiais e restantes militares das LLL integraram nos respetivos Batalhões de caçadores recém-formados. A comandar o 7º Batalhão de Caçadores ficou o conhecido Tenente-coronel Hawkshaw, com o 8º Batalhão o Major Hill, já o 9º de Caçadores (parte formado pela LLL e os restantes foram recrutados em Lamego) ficou sob o comando pelo Tenente-coronel George Brown (Tennant, 2006).

## **Capítulo 7**

### **Conclusões e Recomendações**

#### **7.1. Introdução**

O presente capítulo procura dar resposta a todas as questões levantadas até aqui. Para que possamos responder às perguntas derivadas e, conseqüentemente, à pergunta de partida, procuramos analisar toda a informação explanada no trabalho. Tudo isto só é possível confirmando ou infirmando as hipóteses inicialmente levantadas.

Neste capítulo estão também explanadas as limitações encontradas durante toda a investigação, bem como algumas recomendações e propostas de investigação futuras.

#### **7.2. Verificação das Hipóteses, das Perguntas Derivadas e Perguntas de Partida**

No presente subcapítulo verificamos as hipóteses e respondemos às questões derivadas, as quais foram levantadas no início da investigação. Procedemos à sua confirmação, seja total, parcial ou negada, através da investigação efetuada nas inúmeras fontes e bibliografia e que vêm completando este trabalho.

Na pergunta derivada Nº1: “O que levou à criação da LLL e ao seu financiamento por parte do governo britânico?”, pretendemos saber porque motivo a Leal Legião Lusitana foi criada e porque razão o governo britânico se dispôs a financiá-la.

Os emigrados da Legião Portuguesa que se encontravam em Inglaterra, ao saberem do levantamento que ocorria em território nacional e que a Inglaterra iria enviar tropas para Portugal, reuniram-se para de alguma forma combater o domínio francês. Por esta razão os coronéis José Maria da Maura e Carlos Frederico Lecor, apoiados pelo nosso ministro em Londres, tomaram a iniciativa de formar um corpo de voluntários.

Quanto ao financiamento, foi da responsabilidade do embaixador português, Chevalier de Sousa, pedir todo o apoio. Mediante a sua proposta, Lord Castlereagh aprovou, a 29 de Julho de 1808, formar e armar o corpo. Esta ajuda incluía fornecer fardamento, equipamento, armas e peças de artilharia.

Mediante a Hipótese 1: “A necessidade de criar um corpo experiente que pudesse atuar em qualquer situação sem que para isso, dependesse do grosso da força.” não responde à pergunta derivada nº1. Apesar de se ter tornado um corpo experiente e de poder atuar sem depender do grosso da força, as razões que levaram à criação e financiamento por parte do governo inglês não foram estas. Foi sim pela vontade dos oficiais supramencionados, com a ajuda do Lord Castlereagh, em criar uma força com o intuito de combater o exército de Napoleão. Portanto, esta hipótese não se confirma.

Relativamente à pergunta derivada Nº2: “Porque é que a nacionalidade dos militares que compunham a LLL não era exclusivamente portuguesa?”, respondemos, dizendo que os oficiais que faziam parte da legião foram nomeados pelo governo britânico. Não nos podemos esquecer que a legião era financiada pela Inglaterra, e que existia uma aliança entre Portugal e Inglaterra. Como vimos durante o trabalho, toda a estrutura de comando superior era composta por oficiais britânicos, sendo os restantes de nacionalidade portuguesa, incluindo sargentos e praças.

Pegando na hipótese 2: “O facto de haver uma aliança com os britânicos e a própria LLL ter sido criada em Inglaterra com emigrados portugueses” confirma-se como vimos anteriormente.

A resposta à pergunta derivada Nº3: “A organização da Leal Legião Lusitana era a mesma da organização do Exército anglo-português? Em que se distinguiu das outras unidades de infantaria?”, e dada da seguinte forma: a organização das companhias, comparando as companhias de Caçadores com as companhias da LLL, era ligeiramente diferente. Como vimos, a LLL possuía mais 6 homens relativamente a uma Companhia de Caçadores. O estado-maior de um batalhão da LLL, organicamente, possuía mais 33 homens, que o estado-maior de um Batalhão de Caçadores. No entanto, como vimos, o plano inicial nunca se cumpriu rigorosamente.

No que toca à doutrina, a LLL era em tudo idêntica aos caçadores, combatendo como unidades de Infantaria ligeira que eram e utilizando o mesmo armamento (espingarda Brown Bess e Baker).

Baseado no que foi descrito no parágrafo anterior, a hipótese 3: “A estrutura funcional adotada pela LLL era igual à do Exército anglo-português, mas distinta no

armamento e conseqüente doutrina”, está incorreta. A estrutura funcional era ligeiramente diferente (quando comparada com uma unidade similar – os Batalhões de Caçadores), já a doutrina e armamento utilizados eram iguais.

Pergunta derivada N°4: “Que tipo de missões operacionais autónomas cumpriu e como assegurava a sua autonomia logística?” trata de entender, segundo os conceitos doutrinários apresentados durante o trabalho, como a LLL atuava e como era possível a sua sustentação. Como vimos a LLL executava um vasto leque de missões, de entre elas destacamos: as missões de reconhecimento, que permitia obter informações acerca do inimigo para que as forças da retaguarda tirassem o melhor proveito delas; retardamento, dando tempo às forças da retaguarda para se organizarem para o combate; e perseguição, conduzindo ações de desgaste contra o opositor, perturbando também a sua normal conduta. A sua autonomia logística era assegurada pela aquisição de víveres perto das populações ou através de comboios de reabastecimentos feitos por outras unidades.

Mediante a resposta anteriormente dada, a hipótese 4: “Cumpriu missões de combate e reconhecimento, assegurando a sua autonomia através de subunidades de apoio de serviços pertencentes aos seus próprios batalhões”, está parcialmente correta. A LLL cumpria não só missões de reconhecimento, como ações de perseguição e retardamento. Como não possuía subunidades, na sua orgânica, que garantissem a sua logística, esta era assegurada perto das populações ou através de comboios de reabastecimento feito por outras unidades.

Com a pergunta derivada N°5: “O que levou à extinção da Leal Legião Lusitana em maio de 1811?”, procuramos saber que fatores contribuíram para a extinção desta legião. A LLL foi dissolvida em Batalhões de Caçadores. Por ordem de Beresford (devido ao facto de os batalhões de infantaria ligeira se encontrarem aquém do desejado e na tentativa de criar novos batalhões), através da Portaria de 20 de abril de 1811, a LLL é dissolvida e são criados novos Batalhões de Caçadores. Com a dissolução da LLL ajudou-se a formar os Batalhões de Caçadores 6, 7 e 9.

A hipótese 5: “A falta de apoio financeiro do governo britânico levou à extinção da LLL e integração da força em batalhões de Caçadores do Exército Português” é declinada com o que foi referido anteriormente. A LLL não foi extinta por falta de apoio financeiro, mas por ordem de Beresford, que na altura considerou que necessitava de mais Batalhões de Caçadores. Para o efeito, Beresford considerou a utilização dos batalhões da LLL para facilitar a criação dos mesmos o que, efetivamente, se veio a confirmar. Para a dissolução

da Legião também contribuiu o facto de se encontrar muito aquém do desejado no que toca a recursos humanos.

Respondidas as perguntas derivadas, procuramos agora responder à pergunta de partida – “Qual a especificidade da Leal Legião Lusitana, qual a sua importância na altura e como se distinguiu de outras unidades do Exército Português?”

A LLL foi então uma unidade de Infantaria Ligeira que desenvolvia as suas ações na vanguarda do exército anglo-português. Nestas ações, a LLL contribuía para desorganizar o inimigo, impedir ou diminuir o seu avanço, e obter informações a cerca dele. Estas ações eram cruciais para que as forças da retaguarda pudessem estudar o inimigo através das informações que recebia da LLL, terem tempo para se prepararem para o eventual contacto ou, em alguns casos, impedir que esse mesmo acontecesse. Atuava sempre na frente ou nos flancos e de forma autónoma, embora de forma coordenada.

Como era uma unidade de Infantaria Ligeira, obviamente que se diferenciava das restantes unidades de Infantaria de Linha nas missões que executava. Relativamente às restantes unidades de Infantaria Ligeira (como por exemplo os Batalhões de Caçadores), a LLL destacava-se principalmente, pela experiência dos militares que a compunha, pela entidade que a financiava e pela falta de subunidades que permitissem o seu apoio logístico.

Sintetizando, a Leal Legião Lusitana foi criada por emigrados em Inglaterra com o principal intuito de se opor ao exército de Napoleão, sendo ela financiada pelo governo britânico. A nacionalidade dos militares que a compunha era portuguesa e britânica, sendo que a estrutura de comando superior era composta exclusivamente por oficiais britânicos.

A sua estrutura organizacional era semelhante à dos Caçadores (com apenas algumas diferenças). O armamento e doutrina eram iguais, estando nós a falar de unidades de Infantaria Ligeira.

As suas missões eram características da sua tipologia de força (Infantaria Ligeira), distinguindo-se sempre que entrava em ação. Executava, entre outras, missões de reconhecimento, perseguição e retardamento, características de uma unidade de Guarda Avançada. O seu apoio logístico era proporcionado por comboios de reabastecimento, ou então junto das populações.

Através da Portaria de 20 de Abril de 1811, a LLL acabou por ser dissolvida em Batalhões de Caçadores. Isto deveu-se ao facto de Beresford querer criar novos Batalhões de Caçadores. Para tal contribuiu também o baixo número de efetivos de que a LLL dispunha na altura.

### **7.3. Limitações da Investigação**

O principal fator que dificultou a realização deste trabalho foi a pouca informação existente acerca da Leal Legião Lusitana, daí também o interesse no tema. Para além das fontes disponíveis no Arquivo Histórico Militar e as *Narrativas das Campanhas* escritas pelo Tenente-coronel William Mayne e Capitão Lillie, oficiais que serviram no corpo, a maioria da informação que encontramos em publicações de diversos autores advém destas.

Uma condicionante que encontrámos, não inviabilizando a realização do trabalho, foram os custos para a obtenção de documentos primários no AHM. Consideramos que, para efeitos de investigação, a aquisição de documentos deveria, se não a custo zero, terem preços mais acessíveis.

### **7.4. Desafio para Futuras Investigações**

Propomos para investigações futuras a realização de um trabalho onde se procure comparar o tipo de missões que a LLL executava com o tipo de missões que uma unidade de reconhecimento. Num ponto de vista diferente, desafiamos alguém a desenvolver um trabalho onde consiga comparar a Leal Legião Lusitana com a Legião Portuguesa ao serviço de Napoleão.

## Bibliografia

### Livros:

Beça, A. (1906). *A Evolução da Tática de Infantaria*. Lisboa: Typographia da Cooperativa Militar.

Carvalho, L. (1904). *Guerra Peninsular*. Famalicão: Tipografia Minerva de Gaspar Pinto de Sousa & Irmão.

Carvalho, A. (1910). *Guerra peninsular: Notas, Episódios e Extratos Curiosos*. Coimbra: Typographia Auxiliar d'Escreptório.

Centeno, J. (2008). *O Exército Português na Guerra Peninsular*. Lisboa: Prefácio.

Centeno, j. (2011). *O Exército Aliado Anglo-Português na Guerra Peninsular 1808-1814*. Parede: Tribuna da História.

Chartrand, R. & Younghusband, B. (2000). *The Portuguese Army of The Napoleonic Wars (2)*. Oxford: Osprey.

Chartrand, R. & Coelho, S. (2006). *A Infantaria Ligeira na Guerra Peninsular*. Almeida: C.M. Almeida.

Gil, F. (1913). *A Infantaria Portuguesa na Guerra da Península*. Lisboa: Tipografia da Cooperativa Militar.

Martelo, D. (2007). *Caçadores. Os Galos de Combate do Exército de Wellington*. Lisboa: Tribuna da História.

Mayne, W. & Lillie (2010), *A Leal Legião Lusitana – Narrativas das Campanhas (1809, 1810 e 1811)* (M. L. Veloso, Trad.). Lisboa, Livros Horizonte (Trabalho original publicado em 1812; original em Inglês)

- Mendes, José M. Amado (1987). *A História como Ciência: Fontes, Metodologia e Teorização*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Neves, J. (1810). *História Geral da Invasão dos Francezes em Portugal, e da Restauração deste Reino*. (Tomo I) Lisboa: Oficina de Simão Thaddeo Ferreira.
- Oman, C. (1913). *Wellington`s Army 1809-1814*. London: Edward Arnold.
- Pires, N. (2009). “1793/1817 - A II Guerra Global Portuguesa in *O Exército Português e as comemorações dos 200 anos da Guerra Peninsular*. Lisboa: Edições Exército e Tribuna da História. Vol. I, 40-81.
- Quintela, S. (1908). *A Guerra Peninsular e as Vitórias do Exército Anglo-português-Hespanhol*. Porto: Escritório de publicações de J. Ferreira dos Santos.
- Regalado, J. & Silva, J. (2010). *Armamento Ligeiro da Guerra Peninsular 1808-1814*. Porto: Fronteira do Caos Editores.
- Sarmento, M. (2013). *Metodologia Científica Para a Elaboração, Escrita e Apresentação de teses*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.
- Ventura, A. (2008). *Um General que Chega, Um Príncipe que Parte, Um País que Resiste – Portugal 1807-180 in Actas do X Curso de Verão da Ericeira*. Ericeira: Mar de Letras Editora.
- Vicente, A. (2007). *Guerra Peninsular 1801/1814*. QuidNovi.
- Wilson, R. (1812). *The Campaigns of the Loyal Lusitanian Legion – The Years 1809, 1810 & 1811*. Londres: Military Library, Whitehall.

### **Artigos e Publicações:**

- Academia Militar (2013). *NEP – Normas de Execução Permanente 520/2ª, de 30 de Junho*. Assunto: Trabalho de Investigação Aplicada (TIA).
- Arquivo Histórico Militar – *Portaria de 20 de Abril de 1811 in Correspondência de D. Miguel Pereira Forjaz, ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra, para o marechal Beresford, sobre despesas, Abrantes, aprovisionamento, fornecimentos, víveres,*

*promoções, recenseamento, fardamentos, requerimentos e batalhões de Caçadores*. Cota: 1/14/041/1. Páginas: m0075 e m0076.

Arquivo Histórico Militar - *Plano da força do Corpo da Leal Legião Lusitana composto das três armas, Infantaria, Cavalaria e Artilharia*. Data: (s.d). Tipo de documento: Plano. Cota: 3/22/1/3.

Arquivo Histórico Militar - *Mapa da força de Infantaria, Cavalaria e Artilharia do corpo da Leal Legião Lusitana, assinado pelo brigadeiro Roberto Wilson, chefe do corpo*. Data: 1808, novembro, 20. Tipo de documento: Mapa. Local: Porto. Cota: 3/22/1/5.

Arquivo Histórico Militar - *Ofício de D. Miguel Pereira Forjaz para Januário António Lopes da Silva, comunicando que o Príncipe Regente aprovou, por Decreto de 24 de Junho de 1809, o plano de organização da Leal Legião Lusitana, proposta pelo marechal Beresford*. Data: 1809, junho, 27. Local: Lisboa. Cota: 3/22/1/6.

Arquivo Histórico Militar - *Memória do general Ribeiro Artur sobre a Leal Legião Lusitana*. Data: (s.d.). Tipo de documento: Memória. Cota: 3/22/1/39.

Arquivo Histórico Militar - *Relação dos combatentes do 2º Batalhão da Leal Legião Lusitana, nas batalhas, acções [sic], sítios, assaltos, bloqueios e defesas de praças*. Data: 1815, dezembro, 23. Local: Quartel de Trancoso. Tipo de documento: relação. Cota: 3/22/1/40.

Pires, N. (2010a). *As acções militares portuguesas em 1809* in *Actas do XXXV Congresso Internacional de História Militar - A guerra no Tempo de Napoleão: Antecedentes, campanhas militares e impactos de longa duração*. Lisboa: Comissão portuguesa de História Militar. Tomo I, 237-251.

Pires, N. (2010b). *Da vitória sobre Sout à entrada de Massena em Portugal* in *Actas do Colóquio O Combate do Coa*. Centro de Estudos de Arquitetura Militar de Almeida, nº 6, Câmara Municipal de Almeida. Almeida. 46 – 60.

Tennant, R. (2006). *The Loyal Lusitanian Legion in First Empire – The International Magazine for the Napoleonic Enthusiast, Historian and Gamer*. England: First Empire.

### **Sites Consultados:**

Amaral, M. (2009). *Dudley St. Leger Hill*. Retirado: Março, 28, 2014, de <http://www.arqnet.pt/exercito/dudleyhill.html>.

Daróz, C. (2012). *Armas – Fuzil Baker, O Matador de Gerais*. Retirado: Abril, 13, 2014, de <http://darozhistoriamilitar.blogspot.pt/2012/09/armas-fuzil-baker-o-matador-de-gerais.html>.

Dodge, T. (2011). *Warfare in the Age of Napoleon: the Egyptian and Syrian Campaigns & the Wars of the Second and Third Coalitions, 1798-1805*, volume II, Leonaur Ltd. Retirado: Março, 25, 2014, de [http://pt.wikipedia.org/wiki/Batalha\\_de\\_Marengo](http://pt.wikipedia.org/wiki/Batalha_de_Marengo).

Gossman, I. (1995-08). *The Treaty of Campo Formio*. Retirado: Março, 15, 2014, de [http://www.napoleon-series.org/research/government/diplomatic/c\\_campoformio2.html](http://www.napoleon-series.org/research/government/diplomatic/c_campoformio2.html).

Jaca, C. (s.d). *2º Centenário da Invasões Francesas – A neutralidade portuguesa no conflito franco-inglês*. Retirado: Abril, 7, 2014, de <http://www.esas.pt/jaca/docs/Neutralidade%20portuguesa.pdf>.

National Portrait Gallery (2014), *Sir Robert Thomas Wilson*. Retirado: Março, 13, 2014, de <http://www.npg.org.uk/collections/search/portrait/mw74022/Sir-Robert-Thomas-Wilson>.

Neto, C. (2012), *Armas On Line – Armas do Brasil na Guerra do Paraguai*. Retirado: Abril, 29, 2014, de <http://armasonline.org/armas-on-line/as-armas-do-brasil-na-guerra-do-paraguai/>.

Maltez, J. (1998), *A Revolução Francesa*. Retirado: Março, 12, 2014, de [http://maltez.info/respublica/Cepp/teoria\\_das\\_relacoes\\_internacionais/a\\_revolucao\\_francesa.htm](http://maltez.info/respublica/Cepp/teoria_das_relacoes_internacionais/a_revolucao_francesa.htm)

Pinto, T. (s.d), *Inglaterra e França na Batalha de Trafalgar*. Retirado: Junho, 30, 2014, de <http://guerras.brasilecola.com/seculo-xvi-xix/inglaterra-franca-na-batalha-trafalgar.htm>.

Swords Collection (2012). *English Heavy Cavalry Officer Dress Sword 1796 Pattern*. Retirado: Maio, 8, 2014, de <http://swordscollection.blogspot.co.uk/2012/02/english-heavy-cavalry-officer-dress.html>.

The First Foot Guards (s.d.), *The Brown Bess*. Retirado: Abril, 13, 2014, de [http://footguards.tripod.com/01ABOUT/01\\_weapons/01\\_WpBess.htm](http://footguards.tripod.com/01ABOUT/01_weapons/01_WpBess.htm).

## Apêndices

## Apêndice A – Biografia de Robert Thomas Wilson



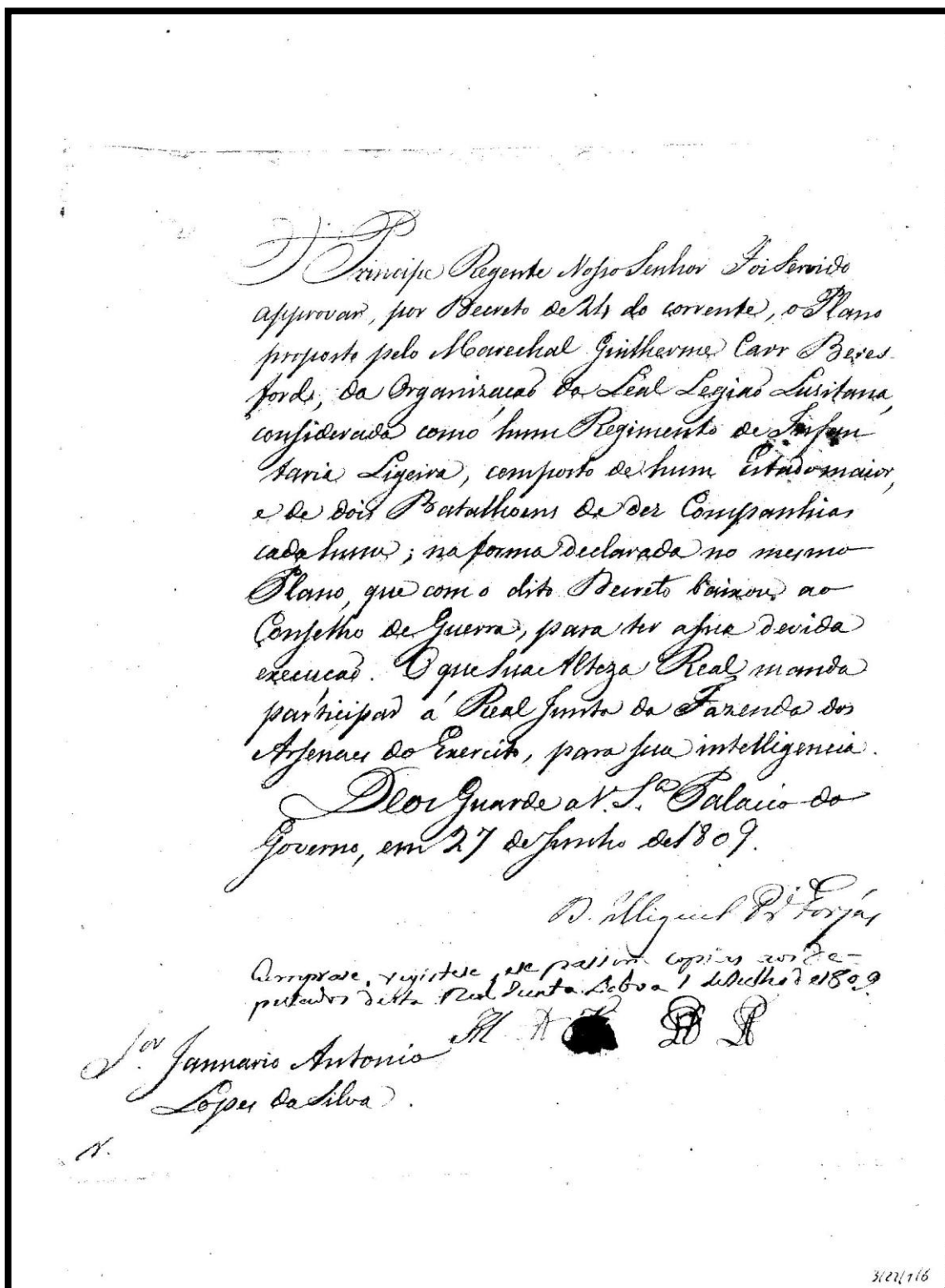
**Figura 1 - General Robert Thomas Wilson**  
**Fonte: National Portrait Gallery (2014)**

“Robert Thomas Wilson foi uma figura singular na Guerra Peninsular. Nasceu em Londres, em 17 de Agosto de 1777, era neto de um comerciante de lãs de Leeds, e quarto filho do pintor Benjamin Wilson. Seguiu a carreira militar, e em 1794, era porta-estandarte no 15º de Light Dragoons, lutando na batalha de Viller-en-Cauchies, (...), salvando o imperador da Áustria de ser capturado. Por esse facto, recebeu em 1801 o título de cavaleiro. Serviu no Egipto em 1796... Em 1804 era tenente-coronel do 19º Light Dragoons, e no ano seguinte passou para o 20º Regimento. Serviu no Cabo da Boa Esperança (1806) e com o exército russo (1807). Foi adido militar de uma missão junto do rei da Prússia, e esteve nas batalhas de Eylau, Heilsberg e Friedland, de que publicou um relato em 1810. Afirma ter estado presente na assinatura do tratado de Tilsit e ter visto Napoleão em pessoa. Acabou por ser expulso da Rússia como espião. Durante a Guerra Peninsular comandou a Leal Legião Lusitana e as desinteligências com Wellington levaram-no a regressar a Inglaterra. Em 1811, com a patente de brigadeiro foi para a Turquia, e depois destacado para a Rússia como oficial de ligação, tornando-se íntimo do czar Alexandre (...). Participou nas batalhas de Krasnõe, Dresden (já como major-general), Kulm e Leipzig. Em 1814 esteve com as tropas austríacas em Itália. Em 1818 foi eleito membro do Parlamento por Southwark, repetindo a eleição por três vezes. Caiu em desgraça por ter apoiado a rainha Carolina durante o seu divórcio com Jorge IV, mas voltou à ribalta com Guilherme IV, que o promoveu a tenente-general em 1830. Em 1835

era comandante do 15º regimento do Hussardos e, em 1842, ascendia a general e foi nomeado governador de Gibraltar. Morreu em Londres em 9 de Maio [*sic*] de 1849. ” (Lillie e Mayne, 2010, p.11-12).

## **Anexos**

Anexo A – Ofício – “Comunicado de que o Príncipe Regente Aprovou por Decreto de 24/06/1809 o Plano de Organização da LLL Proposta pelo Marechal Beresford”



Fonte: AHM DIV 3/22/1/6

## Anexo B – Memória Sobre a LLL

## Leal Legião Lusitana

Em 1808 encontraram-se em Inglaterra uns 800 portugueses, entre pairares officiaes e soldados, os quaes tinham sido conduzidos pelo abolicionista Carlos Cotton, com a promessa do governo britânico os transportar para o Brasil, segundo a proclamação que elle esperavam quando blockeava as costas de Portugal, após a entrada de Napol. Bonaparte de 1808 esperando o prompto transporte para a America, Chegou alli a noticia da insurreição de Portugal contra o dominio francez, e da installação da junta governativa de Porto, e Constantino - thes que o governo britânico esia mandando successivo a Portugal, os Coronéis José Maria de Almeida e Carlos Frederico Lacerd, tomam a iniciativa de formar um Corpo de voluntarios para o que pediram armas e succaros pecunarios ao governo britânico ao que promptamente accediu.

Este Corpo a que deram o nome de Leal Legião Lusitana para o distinguirem da Legião Lusitana ao serviço de Napoléon, era composto de 3 batalhões de Cacadores e uma Companhia de artilheria.

Escolheram para seu uniforme a Cor verde e seus por serem estas cores as da augusta Casa de Bragança.

Por portaria dos governadores do reino de 24 de julho de 1809, foi a Leal Legião organizada em regimento de infantaria ligeira com esta de cavalleria e dois batalhões de 10 Companhias cada um, e dissolvida por portaria de 20 de abril de 1811, que mandou organizar 3 regimentos de Cacadores.

Em setembro de 1808 chegaram Lezíria ao Porto vindo o 1.º batalhão organizado, devendo allí organizar-se e seguir para o seu destino que chegaram de Inglaterra e armamentos e fardamentos.

O segundo vi' vindo tarde se organizar, e o terceiro não chegou a ser organizado.

O Coronel Roberto Wilson foi esculpido pelo governo britânico para Comandante da Legião. Este Coronel chegou ao Porto antes da Legião, e com ele vieram mais cinco officiaes ingleses com o fim de fazerem parte da Legião e entre elles veio tambem o barão de Eben Fidalgo prusiano ao serviço de Inglaterra.

Em dezembro de 1808, com o segundo batalhão ainda não estava organizado, o Coronel Wilson deixou o barão de Eben encarregado da sua organização, e marchou com o 1.º batalhão para Almeida, onde com algunos fuzcos que lhe deu a junta da Cidade de Rodrigo fez com que o general Lapierre não continuasse a sua marcha de mar para mar de 1809.

O barão de Eben foi mandado para Braga a fim de ficar sob os ordens do general Bernhard Friae, onde chegou a 23 de Janeiro de 1809, e por este general foi encarregado de occupar a praetella de Horrem a fim de defender a linha de Tarragoa.

A 4 de março recebe ordem do mesmo general de fazer uma incursão pela Galiza, dando-lhe ordem de retirar quando souber da tomada de Chaves.

O barão de Eben chegou a Braga no dia 17 de março e tenta salvar o seu general mas não o conseguiu, em seguida é aclamado

generaes fute pvoos que the tiaz as dragones  
e os proprios de general Friere que elle não acci-  
ta.

Depois tomã o Commando das forças e de-  
mize o ataque de Carnalho d'ata fute, que foi mui-  
to elogiado por Bressford.

Logo seguida retira para o Porto e sendo the  
offerecido o Commando das baterias da esqua-  
da da linha, não quiz aceitar para não dei-  
xar o Commando do Batalhão da Legião.

Depois da entrada de Malt no Porto, o barão de  
Cher retira para Coimbra, onde fez armar ter  
com elle muitos soldados da Legião.

Grande foi o numero de accões em que entrou  
a Local Legião Lusitana, e em todas ellas cu-  
metteu actos de verdadeira valentia e heroismo,  
o que the mereceu por muitas vezes os justos  
e merecidos elogios do Commandante em  
Chefe o general Bressford.

Fonte: AHM DIV 3/22/1/39

**Anexo C – Uniforme Leal Legião Lusitana**

**Figura 2 - Uniformes da LLL – “Fusilier, Loyal Lusitanian Legion, 1808-11” & “Fusilier, 2<sup>nd</sup> Battalion, Loyal Lusitanian Legion, 1809-10”**

**Fonte: Chartrand & Younghusband (2000, p.25).**

“Fusilier, Loyal Lusitanian Legion, 1808-11” (à esquerda):

Segundo Chartrand & Younghusband (2000) a infantaria da LLL usava um casaco curto verde com gola verde, com mangas e que ostentava cintas cruzadas nos ombros.

Possuía três fileiras de botões de estanho na frente; a gola, o punho, a parte frontal, as costas e os ombros possuíam rendas bancas. Durante o inverno as calças eram verdes e durante o verão eram brancas. A barretina tinha uma placa oval de latão e uma faixa inferior pontiaguda onde tinha gravado três “L” (Leal Legião Lusitana). Possuía ainda uma pluma verde e uma roseta vermelha e verde. Estavam armados com mosquetes britânicos. A artilharia tinha golas e punhos pretos. A cavalaria ligeira tinha revestimentos verdes e golas e punhos brancos (p.45).

“Fusilier, 2<sup>nd</sup> Battalion, Loyal Lusitanian Legion, 1809-10” (à direita):

O mesmo autor descreve-nos uma figura baseada num relatório de uma inspeção feita em janeiro de 1810, onde o batalhão apresentava “deficiências” em muitos aspetos. Os homens usavam diferentes tipos de roupas (verde, cinza e principalmente com calças brancas de verão), indicando que alguns dos casacos cinzentos enviados para Portugal foram remetidos para a Leal Legião Lusitana. Os apetrechos eram grandes bolsas com faixas pretas.

## Anexo D – Espingarda Inglesa Modelo Índia (Brown Bess)



**Figura 3 - Espingarda Inglesa Modelo Índia (Brown Bess)**  
Fonte: Neto (2012).

“Espingarda inglesa modelo Índia, vulgarmente conhecida por Brown Bess.

Comprimento total: 1410 mm

Comprimento do cano: 1000 mm

Calibre: 19 mm” (Regalado e Silva, 2010, p.146).



**Figura 4 - Pormenor do Fecho da Espingarda**  
Fonte: The First Foot Guards (s.d.).

“Pormenor do fecho da espingarda inglesa modelo Índia, vulgo Brown Bess. Ao centro monograma coroado “GR” (George Rex), e na parte posterior “TOWER” denotando o fabrico nos arsenais da Torre de Londres.” (Regalado e Silva, 2010, p.146).

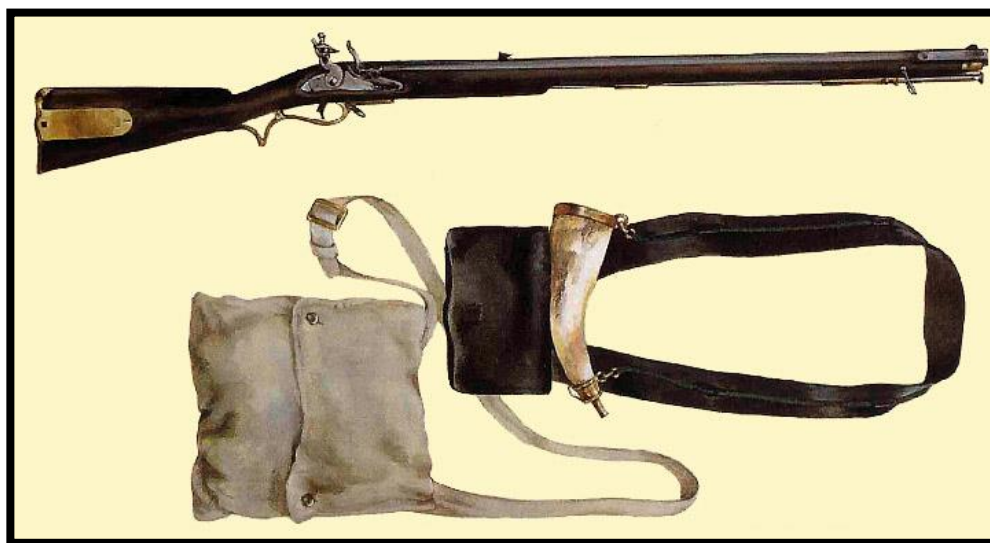


**Figura 5 - Baioneta e Pormenor do Encaixe**  
Fonte: Regalado e Silva (2010)

“Pormenor do encaixe da baioneta de alvado na pequena guia ou espiga, de secção retangular. Esta guia, não sendo um ponto de mira, podia ser usada como referência para pontaria.

Comprimento total: 560 mm

Comprimento da lâmina: 440 mm” (Regalado e Silva, 2010, p.146).

**Anexo E – Carabina Baker**

**Figura 6 - Carabina Baker com Acessórios**  
Fonte: Daróz (2012).

Após o *Corps of Riflemen* terem sido criados em 1800, houve a necessidade de criar armas que se adaptassem à nova doutrina tática destas tropas. É então que o *Board of Ordnance* pede aos principais fabricantes de armas britânico que criassem uma arma de cano estriado e que melhor se adaptasse aos atiradores. Após vários testes a espingarda apresentada por Ezequiel Baker foi a que melhor se destacou. Esta carabina tinha sete estrias retangulares e um calibre de 16 mm (inferior ao da Brown Bess). Esta carabina tinha um comprimento total de 1017 mm, dos quais 770 mm pertenciam ao cano. A entidade que produzia a Baker era a mesma da Brown Bess – a TOWER (Regalado e Silva, 2010).

---

**Anexo F – Espada Inglesa para Oficial Modelo 1796**

**Figura 7 - Espada Inglesa Modelo 1796**  
Fonte: Swords Collection (2012).

“As espadas para os oficiais de infantaria inglesa foram regulamentadas em 1796. Estas tinham guarda em bronze ou latão dourado, copos reniformes com decoração vegetalista em relevo na parte inferior, quartão terminado em botão, com forma de flor estilizada, guarda-mão plano terminando junto ao pomo em voluta cinzelada. O pomo em forma de urna facetada possuía decoração vegetalista na parte superior. Punho em madeira coberto a filigrana de prata ou revestido com folha de prata simulando filigrana. Lâmina recta [sic] de um só gume com contra-gume [sic] junto à ponta, goteira larga, geralmente decorada com as Armas Reais Britânicas e o monograma “GR” coroado (George Rex – Jorge III). A bainha era em cabedal com três montagens em latão dourado, tendo a do meio e a superior argolas para suspensão dos talins e, ainda, na superior, um botão para suspender do talabarte.” (Regalado e Silva, 2010, p.138).

## Anexo G – Plano do Estado-Maior

<i>Estado Maior</i>	
<i>Números</i>	<i>Postos</i>
1	<i>Commandante em Chefe</i>
1	<i>Coronel</i>
3	<i>Tenentes Coronéis</i>
1	<i>Tenente Coronel de Caballeria</i>
3	<i>Maiores de Infantaria</i>
1	<i>Major de Cavalleria</i>
3	<i>Ajudantes de Infantaria</i>
1	<i>Ajudante de Cavalleria</i>
1	<i>Quartel Mestre</i>
3	<i>Ajudantes do Quartel Mestre</i>
1	<i>Secretario</i>
2	<i>Ajudantes de Secretario</i>
1	<i>Cirurgião Major</i>
6	<i>Ajudantes de Cirurgião Major</i>
1	<i>Capitão</i>
4	<i>Tenentes</i>
4	<i>Porta Bandeiras</i>
1	<i>Clarineteiro</i>
3	<i>Timbales Maiores</i>
1	<i>Pelleiro</i>
3	<i>Cabineiros</i>
1	<i>Servilhão</i>
2	<i>Carbineiros</i>
1	<i>Coronheiro</i>
<i>46 Total do Estado Maior</i>	

Fonte: AHM DIV 3/22/1/3

## Anexo H – Plano do Corpo de Infantaria

<i>Corpo de Infantaria Composto de tres Batalho ens, e cada Batalho Com forza de oito Companhias</i>		
<i>Numero</i>	<i>Postos</i>	<i>Observações</i>
<i>1</i>	<i>Capitão</i>	
<i>1</i>	<i>Tenente</i>	
<i>1</i>	<i>Alfere</i>	
<i>1</i>	<i>Sargentos</i>	
<i>8</i>	<i>Cabos</i>	
<i>2</i>	<i>Tambores</i>	
<i>30</i>	<i>Soldados</i>	
<i>Total de Companhia</i>		<i>Total de Batalhoens</i>
<i>97</i>		<i>2:328</i>

Fonte: AHM DIV 3/22/1/3

## Anexo I – Plano do Corpo de Cavalaria

<i>Corpo de Cavallaria Composto de quatro Esquadroens, cada hum de duas Companhias</i>		
<i>Num.º</i> <i>no.º</i>	<i>Postos</i>	<i>Observaçoes</i>
1	<i>Capitão</i>	
1	<i>Tenente</i>	
1	<i>Alfere</i>	
2	<i>Turcos</i>	
5	<i>Cabos</i>	
1	<i>Trombeta</i>	
1	<i>Trombeta</i>	
54	<i>Soldados</i>	
	<i>Total de Companhia</i>	<i>Total do Regimento de Cavallaria</i>
	<i>65</i>	<i>520</i>

Fonte: AHM DIV 3/22/1/3

## Anexo J – Plano do Corpo de Artilharia

Corpo de Artilharia	
Numeros	Postos
1	Capitão
1	Tenente 1. <sup>o</sup>
2	Tenentes 2. <sup>os</sup>
3	Sargentos
6	Cabos
1	Tambor
72	Soldados
86	Total deste Corpo
Observações	
<p>Exclusivamente de hum corpo de Cocheiros pagos como Soldados. o qual he composto d'hum Doutor Mestre, hum Sargento, hum Cabo, e Junta e seis Cocheiros</p>	

Fonte: AHM DIV 3/22/1/3

**Anexo K – Total do Corpo da LLL**

Componente	Quantidade
Recrutamento	
Praças do Estado Maior	46
Corpo de Infantaria	2328
Corpo de Cavalaria	520
Corpo de Artilharia	80
<b>Total</b>	<b>2980</b>

15/5/1811  
M. M. M. M.

Fonte: AHM DIV 3/22/1/3



Anexo M – Efetivo do Corpo de Artilharia

<p><i>Quartilho do Forte, sede Novembro 20 de 1808</i></p>		Corpo de Artilharia										Totais dos corpos			Aggregados		
		Brigadeiros	Coroneis	Tenentes	Majores	Ayudantes de d.º	Dantes		Fuzileiros	Artilharia	Completo	Total efectivo	Fuzileiros	Estab. completo	Artilharia	Artilharia	Cavallaria
							Alfardes	Forca 2.ª									
<i>Estado Maior e Menor</i>	Brigadeiro chefe	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
	Coronel	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
	Tenentes honras	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
	Majores	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
	Ayudantes de d.º	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4
	Quartilho Mestre	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
	Ayudantes de d.º	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3
	Capellão	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
	Chirurgião-Mor	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
	Ayudantes de d.º	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4
	Ticador	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
	Porta-bandeiras	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4
	Tambores	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
	Clarim	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
	Espingardeiros	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Sarralhães	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	
Artilheiro	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	
Carpinteiros	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	
Todos	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	
Cavallios	24	24	24	24	24	24	24	24	24	24	24	24	24	24	24	24	
<i>Força de companhias</i>	Capitães	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	
	Tenentes	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	
	Alferezes	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	
	Sargentos	95	95	95	95	95	95	95	95	95	95	95	95	95	95	95	
	Alfardes de cavallaria	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	
	Taloes	115	115	115	115	115	115	115	115	115	115	115	115	115	115	115	
	Ansucadas	32	32	32	32	32	32	32	32	32	32	32	32	32	32	32	
	Tambores	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	
	Clarins	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	
	Ferradores	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	
	Soldados	265	265	265	265	265	265	265	265	265	265	265	265	265	265	265	
Todos	72	72	72	72	72	72	72	72	72	72	72	72	72	72	72		
Cavallios	170	170	170	170	170	170	170	170	170	170	170	170	170	170	170		

Fonte: AHM DIV 3/22/1/5

Anexo N – Segundo Batalhão da Leal Legião Lusitana

Nº 1

Segundo Batalhão da Leal Legião Lusitana

Batalhas, Accões, Si- tios, Afaltos, Bloqueios, Defensas de Praças, e de outros Lugares em que Se achou	Epocas	Que força Com- bates, ou Estive presente.	Quem Commandava	
Batalhas Batalhas Batalhas	Talabreira del Reigna	27, e 28 de Junho del 309	Estava presente todo o Batalhão.	o Major Joaquim de Brito Coutinho hoje Tenente Coronel de In- fanteria N.º 16.
	Bupaco X	27 de Setembro '1810	Estava presente todo o Batalhão.	o Tenente Coronel Eduardo Thaukian e o Alférez António de São Carlos Dudley Stager Hill; a Esquerda
Accões	Portella de Romem	Fevereiro '1809	Estiveram presentes 145 Homens.	o Capitão José Valle, C. dozo
	Ponte de V. f. de ndora do Porto	Março del 309	Combates parte do Batalhão.	o Capitão Domingos de S. Farinha
	Carvalhos	Março del 309	Estiveram presentes 86 Homens.	o Capitão José Valle Cardozo.
	Porto de Banhos	12 Agosto '1809	Combates todo o Batalhão.	o Major Joaquim de Brito Cou- rão, hoje Ten. Coronel de Infa- nteria N.º 16.
Defensas	Da Cidade do Porto	26, at the 29 de Março de 1809	Combates parte do Batalhão.	o Major Domingos Bernardino hoje Coronel de Cavallaria N.º
	Da Ponta de Amarante	Abril, at the 2 de Maio del 309	Combates parte do Batalhão	Ignorante
	Das Linhas, na Ci- dade de Aveia	Setembro at the 11 de Nov. de 1810	Estava presente todo o Batalhão	o Ten. Cor. Eduardo Thaukian e Ten. Cor. Dudley Stager Hill. Fugaram avançados por diferentes Horas em fogo.

Quartel de Brancos 23 de Dezembro de 1815.

Dudley Stager Hill  
Comandante

3/22/1/40

Fonte: AHM DIV 3/22/1/40

## Anexo O – Portaria de 20 de Abril de 1811

*Cópia.* 86

Tendo instruido a experiencia o bom Serviço que tem feito na presente Guerra os Batalhoens de Caçadores do Exercito, e fazendo-se evidente quanto sera conveniente proporcionar o seu numero, de modo que cada Brigada de Infantaria corresponda humo Batalhao deitos Corpor: e Conformando-se a Principe Regente Nosso Senhor com a Proposta, que a esta respeito lhe dirigio o Marechal Commandante em Chefe do Seu Exercito Sir William Carr Beresford: He Servi do Determinar o seguinte

Primeiro— Que se criem mais seis Batalhoens de Caçadores de igual forza aos que existam actualmente, na conformidade do Decreto Plano de 14 de Outubro de 1808, e da Proposta do Marechal Comm. em Chefe, Plano de 14 de Novembro de 1810.;

Segundo— Que da Leal Legião Lusitana que se nao pôde organizar conforme a sua primitiva institução, se formem tres das sobreditos seis Batalhoens, que de novo se deverão criar, e que continuará a recrutar na Provincia da Beira, denominando-se N.º 7, 8, e 9.

Tercero— O Partido do Porto fornecerá as recrutas necessarias para a formação dos dois novos Batalhoens, que se denominarão N.º 10—e

Fonte: AHM DIV 1/14/041/1 m0075

N.º 10, e 11, e a Provincia do Minho mais haem  
 que sera o N.º 12.

Quarto - O Marechal Commandante,  
 em Chefe procederá immediatamente a for-  
 macão dos sobreditos Batalhoens, na confor-  
 midade do que acima vai determinado, en-  
 tendendo-se com o Secretario do Governo Ca-  
 carregado das Preparações dos Negocios de  
 Terrenos, Guerra, e Marinha, que fica au-  
 thorizado para a expedicao das Ordens rela-  
 tivas aos detalhes, que exigis esta nova Crea-  
 ção. Palacio do Governo em 20 de Abril  
 de 1811. Com tres Rubricas dos Senhores Co-  
 arreadores do Reino.

Gregorio Gomes da Silva

Fonte: AHM DIV 1/14/041/1 m0076

## Anexo P – Fases do Modelo de Investigação

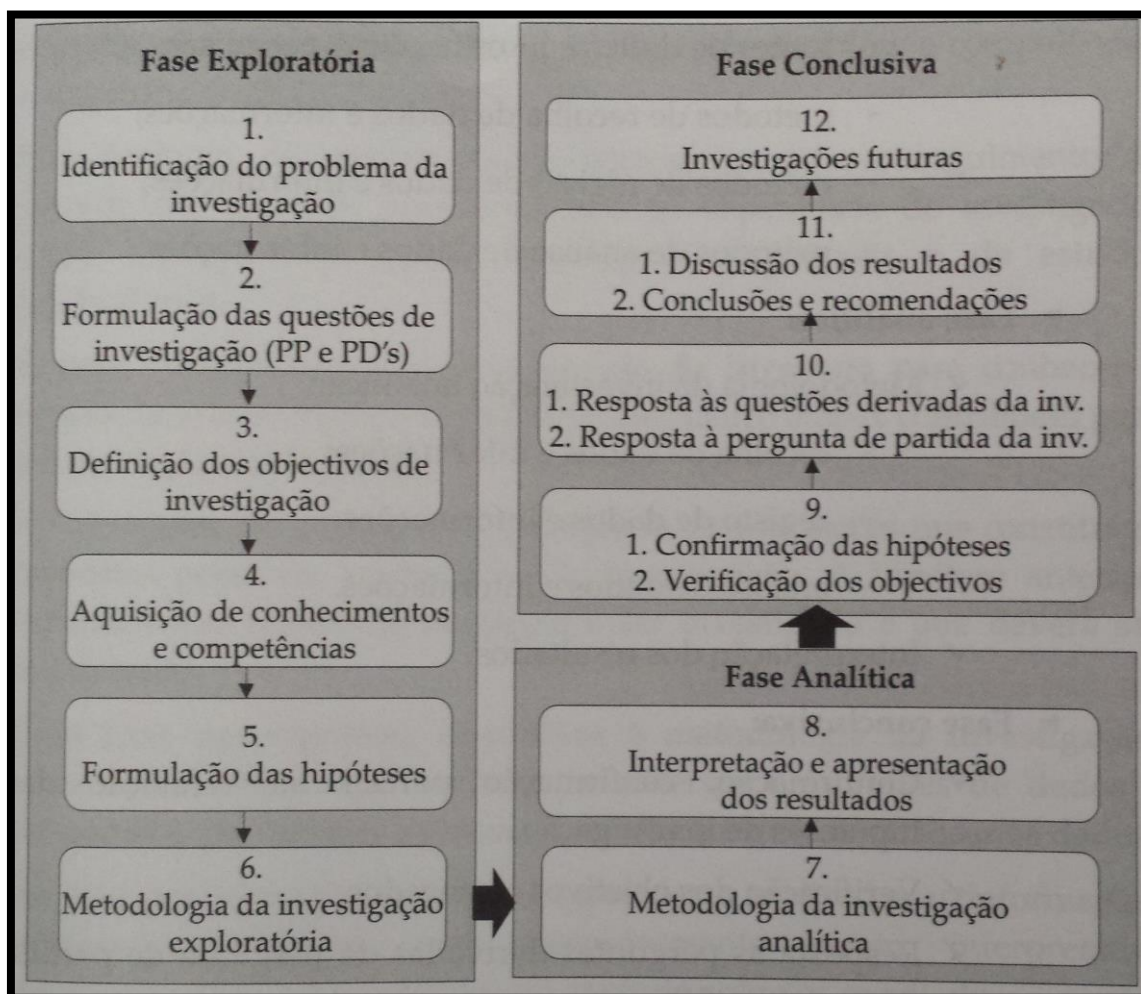


Figura 8 -Fases do Modelo de Investigação  
Fonte: Sarmento (2013).